

COMANDO DA AERONÁUTICA



ORÇAMENTO

ICA 170-2

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO DE 2011**

2009

COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



ORÇAMENTO

ICA 170-2

**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
PARA O EXERCÍCIO DE 2011**

2009



COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA EMAER Nº 60/5SC, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2009.

Aprova as Instruções para a Elaboração da
Proposta Orçamentária das Organizações do
Comando da Aeronáutica para o exercício
de 2011.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe confere os itens V do Art. 4º, IV e VIII do Art. 14, do Regulamento do Estado-Maior da Aeronáutica (ROCA 20-5), aprovado pela Portaria Nº 756/GC3, de 19 de novembro de 2007; inciso III do Art 50 do Regimento Interno do Estado-Maior da Aeronáutica (RICA 20-8), aprovado pela Portaria nº 39/GABEM, de 1º de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º - Aprovar a reedição da ICA 170-2 - PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 83/5SC, de 30 de dezembro de 2008.

Ten Brig Ar ANTONIO PINTO MACÊDO
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 FINALIDADE	9
1.2 CONCEITUAÇÃO	9
1.2.11 AUTORIZADOR	10
1.3 COMPETÊNCIA	10
1.4 ÂMBITO	11
1.5 SIGLAS:	11
2 COMPONENTES DA PROGRAMAÇÃO QUALITATIVA – PROGRAMA DE TRABALHO	12
2.1 CLASSIFICAÇÃO POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA	12
2.2 CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	12
2.3 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA	12
2.4 ESTRUTURA PROGRAMÁTICA	13
2.5 CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	19
2.6 PLANO INTERNO (PI)	19
3 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	20
3.1 PROPOSTA DE DESPESA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	20
3.2 ESTIMATIVAS DAS RECEITAS DAS UG	20
3.3 PROPOSTA DE CONVÊNIOS	20
3.4 MOVIMENTAÇÕES NO PAÍS E EXTERIOR	21
3.5 PLAMENS E PLAMTAX	21
3.6 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO, AUXILIARES LOCAIS E ESTAGIÁRIOS	21
3.7 MÉTODO PARA O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO COMAER	21
3.8 PLANO BÁSICO DE EXERCÍCIOS DE CAMPANHA (PBECA)	22
3.9 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)	22
3.10 AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	23
3.11 PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL DE OBRAS	23
3.12 SIPLORC	23
3.13 CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
4 DISPOSIÇÕES GERAIS	25
4.1 PRAZOS	25
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29
Anexo A - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	31
Anexo B - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	32
Anexo C - CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS POR FONTES	35
Anexo D - CLASSIFICAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS	38
Anexo E - COMPONENTES DA PROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA	43
Anexo F - PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO DO COMAER	55
Anexo G - PROGRAMAS E AÇÕES DO PPA	60
Anexo H - CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DE DESPESAS POR FONTES	106
Anexo I - UNIDADES GESTORAS – POR CÓDIGO DA UGR	107
Anexo J - UNIDADES GESTORAS – POR SIGLA DA UGR	112
Anexo K - ACESSO AO SIPLORC – PASSO A PASSO	117

PREFÁCIO

A ICA 170-2, nesta edição, contém os conceitos, procedimentos e instruções referentes ao processo de elaboração da proposta orçamentária do Comando da Aeronáutica (COMAER) para o exercício de 2011, que compreende recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, da União.

A coordenação desse processo cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER – Órgão de Direção Geral - ficando sob a responsabilidade da 5ª Subchefia a coleta e consolidação das propostas orçamentárias das Unidades Gestoras e dos Órgãos de Direção Setorial (ODS), lançadas no Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC) pelos Coordenadores de Ação e validadas pelos Gerentes de Programas do Plano Plurianual (PPA).

O ponto de partida de todo o processo de Planejamento Orçamentário no COMAER, que culmina com a chancela do Comandante da Aeronáutica no Plano de Ação (PCA 11-44), documento que consolida e aloca todos os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Aeronáutica, inclusive do Plano Plurianual de Obras (PPO), é o encaminhamento das necessidades pelos Órgãos responsáveis pela elaboração de Projetos / Atividades, via cadeia de comando, aos respectivos Coordenadores de Ação.

Em seguida, os Coordenadores de Ação lançam as necessidades orçamentárias no SIPLORC, onde serão avaliadas e validadas pelos Gerentes de Programa, os quais poderão fazer as alterações julgadas necessárias. Todas essas necessidades são consolidadas pelo EMAER no documento denominado Pré-Proposta Orçamentária e enviado ao Ministério da Defesa (MD).

Após o recebimento dos limites orçamentários estabelecidos para o Ministério da Defesa, pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para o ano seguinte, o MD realiza reuniões com representantes dos comandos militares, ANAC e INFRAERO para deliberar sobre o limite orçamentário do orçamento de defesa.

Definido o limite orçamentário para o Comando da Aeronáutica, o EMAER reajusta a distribuição dos recursos aos limites estabelecidos e insere no Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIOP) a Proposta Orçamentária (PO) do COMAER, que são submetidas à apreciação do MD e, posteriormente, à SOF, a qual consolida e analisa as diversas PO e elabora o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Todo esse processo orçamentário reveste-se da maior importância, visto que, estando integrado ao PPA, ao Plano de Articulação e Equipamento da Aeronáutica (PLAer) e ao Plano Estratégico Militar do COMAER (PEMAER), viabiliza a concretização dos anseios da Força Aérea, dando vida aos projetos e atividades desenvolvidas por todos os ODGSA.

O EMAER, Órgão de Direção Geral responsável pelo Planejamento Orçamentário no COMAER, concita a todos os atores do processo de Planejamento Orçamentário à devida precisão e tempestividade de suas atribuições. Com o auxílio de todos e suas possíveis sugestões, a Força Aérea poderá obter os recursos orçamentários necessários ao cumprimento da sua destinação constitucional, naquilo que tange à Defesa do Espaço Aéreo Brasileiro.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Esta Instrução tem por finalidade prover orientação para a elaboração da Proposta Orçamentária (PO) das Organizações do Comando da Aeronáutica para o exercício de 2011.

1.2 CONCEITUAÇÃO

Para efeito desta Instrução, consideram-se as conceituações contidas nas documentações normativas do Comando da Aeronáutica (COMAER) e as especificadas abaixo:

1.2.1 ANO T ORÇAMENTÁRIO

É o ano para o qual se está fazendo a Proposta Orçamentária (Exercício 2011).

1.2.2 ANO T-1 ORÇAMENTÁRIO

É o ano em que está sendo executado o orçamento e sendo realizada a arrecadação (Exercício 2010).

1.2.3 ANO T-2 ORÇAMENTÁRIO

É o último ano em que foi executado o orçamento e realizada a arrecadação (Exercício 2009).

1.2.4 ANO T-3 ORÇAMENTÁRIO

É o penúltimo ano em que foi executado o orçamento e realizada a arrecadação (Exercício 2008).

1.2.5 COORDENADOR DE AÇÃO

É o responsável pela gestão da Ação Orçamentária, com apoio do Coordenador Executivo da Ação.

1.2.6 GERENTE DE PROGRAMA

É o responsável pela gestão do Programa do PPA (Plano Plurianual), em conjunto com o Gerente Executivo.

1.2.7 SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTÁRIO (SIPLORC)

É o sistema informatizado que tem por finalidade automatizar o processo de captação e tratamento de dados inerentes ao processo orçamentário, no âmbito do COMAER, disponibilizado às UG participantes do processo, por meio de acesso à INTRAER, na página www.siplorc.intraer.

Funciona no ambiente Internet Explorer 5.0, ou superior, possuindo todas as vantagens de uma interface gráfica e todos os recursos de uma página Web, sendo baseado em um banco de dados Postgre SQL.

1.2.8 UNIDADES GESTORAS (UG)

Denominação genérica de Unidade Administrativa. Como elos do Sistema, competem-lhes, essencialmente, as tarefas executivas, cabendo-lhes o cumprimento das determinações contidas nas Diretrizes e Instruções Gerais e Setoriais, além daquelas complementares, eventualmente emanadas dos Órgãos de Direção Setorial.

1.2.9 UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UGE)

É toda Unidade Administrativa do Comando da Aeronáutica que gerencia e processa recursos creditícios e financeiros e realiza atos de gestão patrimonial.

1.2.10 UNIDADE GESTORA RESPONSÁVEL (UGR)

É a Unidade Administrativa que gerencia recursos creditícios e financeiros, mas não os processa, podendo, em certos casos, fazê-lo até a fase de licitação de despesa.

A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) é o órgão responsável pela avaliação dos casos específicos de que trata este item e pela emissão das instruções sobre as responsabilidades das UG.

1.2.11 AUTORIZADOR

É o Órgão de Direção Geral (ODG) ou Órgão de Direção Setorial (ODS) responsável pela autorização para a realização das Ações.

1.3 COMPETÊNCIA

1.3.1 ÓRGÃO DE DIREÇÃO GERAL (ODG)

Cabe ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração do Planejamento Orçamentário, referentes aos Programas e às Ações Orçamentárias do Comando da Aeronáutica.

Cabe, ainda, ao EMAER a formalização dos diversos documentos inerentes ao Planejamento Orçamentário, bem como a efetivação dos contatos com a Secretaria de Organização Institucional (SEORI), do MD, e as Secretarias de Orçamento Federal (SOF) e de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), do MP, no que se refere ao planejamento e à elaboração do orçamento anual do COMAER.

1.3.2 ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL (ODS)

Compete aos Órgãos de Direção Setorial a orientação e a supervisão das organizações subordinadas, quanto ao cumprimento das Diretrizes e Instruções relacionadas com o processo de Planejamento Orçamentário, bem como a emissão de Instruções Setoriais aplicáveis aos Órgãos das respectivas cadeias de comando. Esses órgãos, por meio dos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação, são os responsáveis pela análise, compatibilização e consolidação das necessidades desse ODS, como um todo, bem como pelo

lançamento dos recursos necessários, em cada Ação Orçamentária, no SIPLORC. A alocação desses recursos deverá obedecer aos limites orçamentários definidos pelo EMAER, em consonância com as determinações da SOF. A relação dos Gerentes de Programa e Coordenadores de Ação responsáveis pelos Programas e Ações Orçamentárias encontra-se no Anexo G.

Neste aspecto, o EMAER e o GABAER exercem o papel de Órgão de Direção Setorial, em relação às suas organizações subordinadas e a si mesmo. A CFIAE exerce o papel de Órgão de Direção Setorial em relação ao seu Planejamento Orçamentário.

1.4 ÂMBITO

Esta Instrução aplica-se a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica envolvidas no processo de Planejamento Orçamentário.

1.5 SIGLAS:

- a) INTRAER - Intranet do Comando da Aeronáutica;
- b) LOA - Lei Orçamentária Anual;
- c) ODG - Órgão de Direção Geral;
- d) ODS - Órgão de Direção Setorial;
- e) PLAMENS - Plano de Missões de Ensino;
- f) PLAMTAX - Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior;
- g) PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- h) PO - Proposta Orçamentária;
- i) PPA – Plano Plurianual;
- j) SAOC - Sistema de Acompanhamento de Operações de Crédito;
- l) SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira;
- m) SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento;
- n) SIPLORC - Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário;
- o) UG - Unidade Gestora;
- p) UGE - Unidade Gestora Executora;
- q) UGR - Unidade Gestora Responsável; e
- r) UO - Unidade Orçamentária.

2 COMPONENTES DA PROGRAMAÇÃO QUALITATIVA – PROGRAMA DE TRABALHO

2.1 CLASSIFICAÇÃO POR ESFERA ORÇAMENTÁRIA

A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I), conforme disposto no § 5º do art. 165 da Constituição:

Orçamento Fiscal: referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

Orçamento de Investimento: orçamento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e

Orçamento da Seguridade Social: abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O § 2º do art. 195 da Constituição estabelece que a proposta de orçamento da seguridade social será elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, previdência social e assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

O campo destinado à esfera orçamentária é composto de dois dígitos e será associado à ação orçamentária, com os códigos: 10 - Orçamento Fiscal; 20 - Orçamento da Seguridade Social; e 30 - Orçamento de Investimento.

2.2 CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A classificação institucional reflete a estrutura organizacional e administrativa Governamental e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. As dotações orçamentárias, especificadas por categoria de programação em seu menor nível são consignadas às unidades orçamentárias, que são as estruturas administrativas responsáveis pelos recursos financeiros (dotações) e pela realização das ações. Órgão Orçamentário é o agrupamento de unidades orçamentárias.

O código da classificação institucional compõe-se de cinco dígitos, sendo os dois primeiros reservados à identificação do órgão e os demais à unidade orçamentária. No caso, o Ministério da Defesa é o órgão a que pertence o Comando da Aeronáutica, sendo as unidades orçamentárias: Comando da Aeronáutica (Tesouro), Fundo Aeronáutico e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

2.3 CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA

A classificação funcional, por funções e subfunções, busca responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam. A atual classificação funcional foi instituída pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do então Ministério do Orçamento e Gestão, e é composta de um rol de funções e

subfunções prefixadas, que servem como agregador dos gastos públicos por área de ação governamental nas três esferas de Governo. Trata-se de uma classificação independente dos programas e de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.

Função: A classificação funcional é representada por cinco dígitos. Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios. A função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. Nesse caso, as ações estarão associadas aos programas do tipo “Operações Especiais”.

Subfunção: A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estão relacionadas na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção. Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. A programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação. A exceção à matricialidade encontra-se na função 28 – Encargos Especiais e suas subfunções típicas que só podem ser utilizadas de forma conjugada.

A relação dos códigos, das Funções e Subfunções pode ser encontrada no Anexo B.

2.4 ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

Toda ação do Governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano Plurianual – PPA, cujo ciclo é de quatro anos.

2.4.1 PROGRAMA

O Programa é um instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de Ações que concorrem para a concretização de um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores instituídos no plano, visando à solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade.

O programa é o módulo comum integrador entre o plano e o orçamento. Em termos de estruturação, na concepção inicial da reforma orçamentária de 2000, o plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses instrumentos uma integração desde a origem. O programa, como módulo integrador, e as ações, como

instrumentos de realização dos programas. Essa concepção inicial foi modificada nos PPA efetivada de 2000 a 2003 e 2004 a 2007, elaborados com nível de detalhamento de ação.

A organização das ações do Governo sob a forma de programas visa proporcionar maior racionalidade e eficiência na administração pública e ampliar a visibilidade dos resultados e benefícios gerados para a sociedade, bem como elevar a transparência na aplicação dos recursos públicos.

- a) Órgão responsável: É o órgão responsável pelo gerenciamento do programa, mesmo quando o programa for integrado por ações desenvolvidas por mais de um órgão (programa multissetorial);
- b) Unidade Responsável: É a unidade administrativa responsável pelo gerenciamento do programa, mesmo quando o programa for integrado por ações desenvolvidas por mais de uma unidade.
- c) Denominação: Expressa os propósitos do programa em uma palavra ou frase-síntese de fácil compreensão pela sociedade. Não há restrição quanto ao uso de nomes de fantasia. Por exemplo: "Abastecimento de Energia Elétrica"; "Combate à Violência contra as Mulheres"; "Saneamento Rural"; "Primeiro Emprego".
- d) Problema: É uma situação indesejável declarada por uma autoridade como evitável ou uma necessidade não atendida, identificada na sociedade. Deve ser formulado como condição negativa, evitando-se enunciar a ausência de alguma solução específica.
- e) Objetivo do programa: O objetivo expressa o resultado que se deseja alcançar, ou seja, a transformação da situação a qual o programa se propõe modificar. Deve ser expresso de modo conciso, evitando a generalidade, permitindo formular a idéia do que se pretende de forma clara, categórica e determinante. Exemplo: Programa (Acesso à Alimentação) – Objetivo (Garantir à população em situação de insegurança alimentar o acesso à alimentação digna, regular e adequada à nutrição e manutenção da saúde humana).
- f) Público-alvo: Especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que se beneficia(m) direta e legitimamente com sua execução. São os grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores que serão atingidos diretamente pelos resultados do programa. A definição do público-alvo é importante para identificar e focar as ações que devem compor o programa. Programa (Acesso à Alimentação) – Público-alvo (Famílias com renda familiar per capita menor ou igual a meio salário mínimo)
- g) Justificativa: A justificativa para a criação do programa deve abordar o diagnóstico e as causas da situação-problema para a qual o programa foi proposto; alertar quanto às conseqüências da não implementação do programa; e informar a existência de condicionantes favoráveis ou desfavoráveis ao programa. Além disso, para programas novos, é necessário estimar a despesa prevista para o período do Plano e a origem dos recursos que irão custear o programa.
- h) Objetivo setorial associado: Especifica o principal objetivo setorial para o qual o programa contribui.

- i) Tipos de programa: Os Programas são classificados em dois tipos:
 - Programas Finalísticos: dos quais resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade, cujos resultados sejam passíveis de mensuração;
 - Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: são programas voltados aos serviços típicos de Estado, ao planejamento, à formulação de políticas setoriais, à coordenação, à avaliação ou ao controle dos programas finalísticos, resultando em bens ou serviços ofertados ao próprio Estado, podendo ser composto inclusive por despesas de natureza tipicamente administrativas.
- j) Horizonte temporal: Estabelece o período de vigência do programa, podendo ser contínuo ou temporário. Um programa pode ser de natureza contínua mesmo que parte de suas ações seja de natureza temporária. No caso de programa temporário, serão informados o mês e ano de início e de término previstos, e o seu valor global estimado. O término previsto a ser considerado é o do programa, ainda que se situe aquém ou além do período de vigência do PPA.
- k) Estratégia de implementação do Programa: Indica como serão conduzidas as ações, quais os instrumentos disponíveis ou a serem constituídos, e a forma de execução (direta, descentralizada para Estados, Distrito Federal e Municípios e transferências) para atingir os resultados pretendidos pelo programa. Deve-se considerar, também, na descrição da estratégia de implementação, aspectos como critérios de elegibilidade para acesso aos bens e serviços ofertados pelo programa, responsabilidades no gerenciamento e na execução das ações (Órgãos e Unidades Administrativas), a forma de implementação das ações, explicitando os agentes e parceiros (federal, estadual, municipal e privado) envolvidos, e a contribuição de cada um para o sucesso do programa; e os mecanismos (sistemas) utilizados no monitoramento da execução das ações do programa.
- l) Indicador: Instrumento capaz de medir o desempenho do programa. Deve ser passível de aferição, coerente com o objetivo estabelecido, sensível à contribuição das principais ações e apurável em tempo oportuno. O indicador permite, conforme o caso, mensurar a eficácia, eficiência ou efetividade alcançada com a execução do programa. Exemplo: Objetivo (Reduzir o analfabetismo no País) – Indicador (Taxa de analfabetismo – relação percentual entre a população não alfabetizada e a população total).

Para Cada Programa finalístico é obrigatório haver ao menos um indicador. Para os programas de apoio às políticas e áreas especiais a presença de indicadores é facultativa.

2.4.2 AÇÃO

As ações são operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da federação e a pessoas

físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, doações, e os financiamentos, dentre outros.

As ações, conforme suas características, podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais:

- a) **Atividade:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo. Exemplo: “Fiscalização e Monitoramento das Operadoras de Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde”.
- b) **Projeto:** É um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo. Exemplo: “Implantação da rede nacional de bancos de leite humano”.
- c) **Operação Especial:** Despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- d) **Título:** Forma pela qual a ação será identificada pela sociedade e será apresentada no PPA, LDO's e LOA's. Expressa, em linguagem clara, o objeto da ação. Exemplos: "Aquisição de Equipamentos para a Rede Federal de Educação Profissional Agrícola" e "Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos". No caso de projetos de grande vulto, a individualização do projeto em título específico é obrigatória.
- e) **Finalidade:** Expressa o objetivo a ser alcançado pela ação, ou seja, o porquê do desenvolvimento dessa ação. Por exemplo, para o título "Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis" a finalidade é "Garantir à população acesso aos medicamentos para tratamento dos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - HIV/AIDS e das doenças sexualmente transmissíveis - DST, visando ao aumento da sobrevida e a interrupção do ciclo de doenças".
- f) **Descrição:** Expressa, de forma sucinta, o que é efetivamente feito no âmbito da ação, seu escopo e delimitações. Por exemplo, para o título "Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis" a descrição é "Aquisição, acondicionamento, conservação, transporte e distribuição de medicamentos para o tratamento ambulatorial e domiciliar dos casos positivos da doença; manutenção das empilhadeiras hidráulicas; locação de câmaras frigoríficas; transporte de cargas e encomendas; despesas com o despachante aduaneiro, bem como as despesas com o agente financeiro".
- g) **Produto:** Bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo ou o investimento para a produção deste bem ou serviço. Cada ação deve ter um único produto. Em situações especiais, expressa a quantidade de

beneficiários atendidos pela ação. Exemplos: "Servidor treinado" e "Estrada construída".

- h) Unidade de medida: Padrão selecionado para mensurar a produção do bem ou serviço.
- i) Especificação do produto: Expressa as características do produto acabado, visando sua melhor identificação.
- j) Tipo de ação: Informa se a ação é Orçamentária, ou seja, demanda recursos orçamentários, ou se é Não-Orçamentária, ou seja, não demanda recursos orçamentários da União.
- k) Forma de implementação: Indica a forma de implementação da ação, descrevendo todas as etapas do processo até a entrega do produto, inclusive as desenvolvidas por parceiros. Deve ser classificada segundo os conceitos abaixo:
 - Direta: Ação executada diretamente ou sob contratação pela unidade responsável, sem que ocorra transferência de recursos para outros entes da Federação (Estados, Distrito Federal e Municípios), como, por exemplo, a ação "Fiscalização dos Serviços de Transporte Ferroviário" executada diretamente pelo Governo Federal.
 - Descentralizada: Atividades ou projetos, na área de competência da União, executados por outro ente da Federação (Estado, Município ou Distrito Federal), com recursos repassados pela União, como, por exemplo, a ação "Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura", de responsabilidade da União, executada por governos estaduais com repasse de recursos da União.
 - Transferência, que se subdivide em:
 - Obrigatória: Operação especial que transfere recursos, por determinação constitucional ou legal, aos Estados, Distrito Federal e Municípios, como, por exemplo, a ação "Transferência da cota-parte do salário-educação";
 - Voluntária: Operação especial em que ocorre a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional ou legal ou se destine ao Sistema Único de Saúde. Essas transferências destinam-se à execução de ações em áreas de competência dos Estados, Distrito Federal e Municípios, como, por exemplo, "Apoio à Implantação de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios"; "Apoio a Abrigos para Mulheres em Situação de Risco".
 - Outras: Operação especial que transfere recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, organizações não-governamentais e outras instituições, como, por exemplo, a ação "Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO".
 - Linha de crédito: Ação realizada mediante empréstimo de recursos aos beneficiários da ação. Enquadram-se também nessa classificação os casos de empréstimos concedidos por estabelecimento oficial de crédito a Estados e Distrito Federal, Municípios e ao Setor Privado. Exemplos:

"Financiamento a Projetos na Área de Serviços de Saúde" e "Financiamento Habitacional para Cooperativas e Associações Populares (Crédito Solidário)".

- l) Detalhamento da Implementação: Expressa o modo como a ação será executada, podendo conter dados técnicos e detalhes sobre os procedimentos que fazem parte da execução da ação.
- m) Tipo de inclusão da Ação: Identifica quem teve a iniciativa de criação da ação: projeto de lei orçamentária, projeto de lei de crédito especial, projeto de lei do Plano Plurianual ou emenda parlamentar.
- n) Base legal: Especifica os instrumentos normativos que dão respaldo à ação e permite identificar se uma ação é Transferência Obrigatória ou se trata de aplicação de recursos em área de competência da União. Exemplos: Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997, art. 8º, parágrafo único; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 12, § 1º; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 5º, inciso I; e Decreto nº 73.841, de 13 de março de 1974.
- o) Unidade Responsável: É a entidade, seja unidade administrativa, empresa estatal ou parceiro (Estado, Município, Distrito Federal ou Setor Privado) responsável pela execução da ação.
- p) Custo total estimado do projeto: Atributo específico dos projetos e ações não-orçamentárias de caráter temporário, que trata do custo de referência do projeto, a preços correntes, desde o seu início até a sua conclusão.
- q) Duração do projeto: Atributo específico dos projetos e ações não-orçamentárias de caráter temporário, que se refere às datas de início e previsão de término do projeto.
- r) Repercussão financeira do projeto sobre o custeio da União: Atributo específico dos projetos e ações não-orçamentárias de caráter temporário, que indica o impacto (estimativa de custo anual) sobre as despesas de operação e manutenção do investimento após o término do projeto e em quais ações esse aumento ou decréscimo de custos ocorrerá, caso o mesmo venha a ser mantido pela União.

A execução de um determinado projeto geralmente acarreta incremento no custo de atividades. Por exemplo, ao construir um hospital a ser mantido pela União, haverá um incremento no custo das atividades de manutenção hospitalar da União. Se por alguma razão o impacto for nulo, deverá ser justificado o motivo. Por exemplo, a União ao construir uma escola a ser operada pelo governo municipal, não terá custos futuros, uma vez que as despesas de manutenção incorrerão sobre outro ente da Federação.

- s) Etapas: Trata-se do último atributo específico dos projetos e ações não-orçamentárias de caráter temporário. Os projetos, as ações não-orçamentárias e, em alguns casos, os subtítulos (localizadores de gasto) podem ter suas etapas intermediárias detalhadas. Os atributos de cada etapa são:

- Título da etapa: Forma pela qual a etapa será identificada para a sociedade. Expressa, de forma clara, o objeto da etapa. Exemplos: "Remodelagem do pátio de estacionamento"; "Prolongamento pista de táxi"; e "Implantação de sistemas de combate a incêndio.

- Descrição da etapa: Expressa, de forma sucinta, o que é efetivamente feito no âmbito da etapa. Exemplo: "Remodelagem do cais do Porto com obras na cortina de estacas-prancha".
- Resultado da etapa: Expressa, de forma sucinta, o resultado esperado ao final da etapa. Exemplos: "Cais ampliado" e "Segurança operacional implementada".
- Valor da etapa: Expressa o custo estimado da etapa em preços correntes.
- Ordem da etapa: Ordem numérica de execução da etapa.

2.4.3 SUBTÍTULO (LOCALIZADOR DE GASTO)

As atividades, projetos e operações especiais serão detalhadas em subtítulos, utilizados especialmente para especificar a localização física da ação, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade da ação, do produto e das metas estabelecidas.

O Comando da Aeronáutica, através de suas Unidades Orçamentárias (Comando da Aeronáutica – Tesouro, Fundo Aeronáutico e Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica), trabalha, praticamente, com a opção NACIONAL, visto que só há detalhamento nas Ações 12CE (PROFAA) e 12CD (EMAER32), do Programa 0631 – Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária.

2.5 CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Para a classificação econômica deve-se considerar a categoria econômica da despesa, o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento. A codificação correspondente a esses quatro conjuntos encontra-se no Anexo E.

2.6 PLANO INTERNO (PI)

O Plano Interno (PI) tem a finalidade de, como parte integrante do detalhamento da célula orçamentária no Comando da Aeronáutica, identificar, dentro do SIAFI, níveis inferiores de desdobramento da execução das Ações, com vinculação direta às etapas e eventos previstos no Plano de Ação da Aeronáutica e à metodologia adotada pelo Sistema de Planejamento Integrado de Gestão (SIPG).

É atribuição exclusiva do EMAER (5SC) o controle e a liberação dos códigos de PI para a execução orçamentária, bem como o gerenciamento de suas finalidades e características.

Cada PI define evento de uma Ação do tipo Atividade, ou etapa de uma Ação do tipo Projeto.

3 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

3.1 PROPOSTA DE DESPESA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A responsabilidade de sua elaboração é dos Coordenadores de Ação, com a revisão dos Gerentes de Programa, de acordo com as necessidades dos ODS envolvidos e sob a supervisão final do EMAER (ODG).

OBS: É de suma importância que o preenchimento desses formulários eletrônicos (SIPLORC – campo justificativa) seja o mais criterioso possível, com informações e memória de cálculo, pois embasará e fundamentará a Pré-Proposta Orçamentária do COMAER.

3.2 ESTIMATIVAS DAS RECEITAS DAS UG

O processo de Estimativa das Receitas (ER) é de extrema importância, considerando que subsidiará o planejamento e a elaboração orçamentária do EMAER na estimativa da receita e na fixação da despesa de Recursos Próprios das Unidades (RPU). Deverão ser seguidas as seguintes orientações:

- a) as UG deverão lançar na sua ER todas as arrecadações previstas;
- b) a ER referente à fonte 250.120.610 (Programa Assistencial) será consolidada, analisada e inserida no SIPLORC pela Subdiretoria de Encargos Especiais – SDEE;
- c) para cada receita estimada nos detalhamentos de fonte 500 e 600, deverá ser preenchida a planilha de método de cálculo correspondente. O EMAER consolidará as planilhas e enviará à SEFA, para análise posterior, conforme legislação vigente;
- d) ao final do lançamento da estimativa da receita no SIPLORC, as UG deverão informar concomitantemente, **por Natureza de Despesa**, a previsão de despesa para a receita arrecadada, no campo justificativa; e
- e) durante o exercício, a SEFA encaminhará, mensalmente, relatório da arrecadação da receita e, trimestralmente, o EMAER promoverá encontro com a SEFA para analisar o comportamento dessa arrecadação.

3.3 PROPOSTA DE CONVÊNIOS

- a) Para os convênios aprovados, e que estarão vigentes no ano T, a SEFA deverá encaminhar ao EMAER (5SC), até **01 FEV 2010**, uma relação contendo as seguintes informações: o objeto, o órgão conveniente, fonte detalhada, os valores e as datas de início e término. As UG deverão informar no sistema, nas fontes detalhadas, as previsões de alterações como renovação, aditamentos ou cancelamento dos convênios, e seu detalhamento por Ação Orçamentária e natureza de despesa; e
- b) As UG que planejam realizar novos convênios deverão fazer sua proposta na fonte 281.000.000, detalhando, no **campo justificativa**, o objeto, o órgão conveniente, a Ação Orçamentária, os valores por natureza de despesa e as datas de início e término do convênio. Caso a UG planeje realizar mais de um convênio, estarão disponíveis, para detalhamento e diferenciação dos objetos. Deverão ser lançadas as fontes como se segue:

281.xxx.yyy, onde os dígitos “xxx” identificam o órgão conveniente e os dígitos “yyy” identificam a receita.

3.4 MOVIMENTAÇÕES NO PAÍS E EXTERIOR

- a) o DEPENS deverá informar a SDPP, via ofício, até **12 FEV 2010**, a previsão de movimentação de alunos das escolas de formação e aperfeiçoamento para o ano T; e
- b) o GABAER deverá informar a SDPP, via ofício, até **12 FEV 2010**, a previsão de movimentação de pessoal no exterior para o ano T;

3.5 PLAMENS E PLAMTAX

- a) os ODGSA, no que tange aos prazos a serem cumpridos no planejamento destes Planos, deverão atender o prescrito nas ICA 37-109 (PLAMENS) e ICA 12-10 (PLAMTAX).
- b) A 1ª Subchefia do EMAER é o órgão que lançará no SIPLORC os valores do PLAMENS e PLAMTAX destinados a atender aos ODGSA.

3.6 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO, AUXILIARES LOCAIS E ESTAGIÁRIOS

- a) os Órgãos Regionais/Setoriais (CTA; CFIAer; DECEA E PARQUES DE MATERIAL) deverão encaminhar à SDPP, até **12 FEV 2010**, via fac-símile, as suas necessidades, por intermédio de uma planilha de custos que contenha o número de servidores, os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de contratação; e
- b) a SDPP deverá incluir no SIPLORC as suas necessidades orçamentárias para o Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO, na Ação referente à REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS, na Natureza de Despesa 3190.04.

3.7 MÉTODO PARA O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO COMAER

As propostas orçamentárias setoriais deverão retratar as reais necessidades do COMAER. O planejamento deverá ser focado em projetos e atividades inerentes ao COMAER, relacionados a determinados PI e coerentes com a descrição e finalidade de cada Ação constante nos Programas do PPA. Tal sistemática facilita a visualização do planejamento, suas alterações e possíveis contingenciamentos, bem como possibilita um melhor controle na execução dos recursos.

Será apresentada aos Coordenadores de Ação e Gerentes de Programa, a partir de **OUT 2010**, a Proposta Orçamentária do COMAER, enviada ao Congresso Nacional como Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), e os limites serão disponibilizados no SIPLORC, no módulo Plano de Ação, para confirmação ou alteração do planejamento realizado no início de 2010, dentro de um escopo mais próximo da realidade orçamentária para o ano T.

Os valores informados no módulo Plano de Ação do SIPLORC poderão sofrer alterações, caso haja alguma modificação quando da aprovação da LOA, ou em virtude de contingenciamentos ocorridos.

3.8 PLANO BÁSICO DE EXERCÍCIOS DE CAMPANHA (PBECA)

A 3SC, em acordo com o COMGAR, deverá informar ao coordenador da Ação 2916 (ISC), para fins de planejamento, os valores de recursos necessários para o Plano Básico de Exercícios de Campanha (PBECA), para o ano T, até **12 FEV 2010**.

3.9 SISTEMA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

Os Órgãos de Direção Geral e Setorial da Aeronáutica (ODGSA) deverão encaminhar ao EMAER e ao Órgão Central do STI as informações recebidas de seus respectivos Gerentes de Projetos de Tecnologia da Informação (TI) e Elos de Coordenação do STI, já consolidadas, utilizando-se da Planilha padrão, disponibilizada para a elaboração da Proposta Orçamentária, para o exercício de 2011.

Deverão ser informadas as necessidades relativas aos Projetos de TI que são de interesse estratégico ou de âmbito corporativo, os quais já vêm sendo supervisionados pelo Estado-Maior.

Para a inclusão de novos Projetos na Proposta Orçamentária, o procedimento deverá ser iniciado com a remessa, ao EMAER, do documento NECESSIDADE OPERACIONAL (NOP), previsto na NSCA 7-4/2006 (Gerenciamento do Ciclo de Vida de Sistemas de TI da Aeronáutica), em consonância com a DCA 400-6/2007 (Ciclo de Vida de Sistemas e Materiais na Aeronáutica), no que for aplicável, e elaborado de acordo com a ICA 400-14 (Confecção de Necessidade Operacional).

Para a consolidação das informações, deverá ser utilizada a Planilha padrão (Partes I, II e III) “Previsão Orçamentária de Projetos de Tecnologia da Informação (TI)”, a qual estará disponível na página da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), na opção Proposta Orçamentária para o ano de 2011.

Concomitantemente à apresentação da solicitação das necessidades, os Gerentes de Projetos deverão anexar uma Previsão de Desembolso até o término estimado do referido Projeto e o Extrato dos Contratos, em vigor, vinculados ao Projeto, bem como seus respectivos Cronogramas Físico-Financeiros, para o ano de referência da Proposta Orçamentária e posteriores, envolvidos em sua área e para o qual estiverem solicitando recursos.

Em complemento à documentação formal, o encaminhamento das planilhas e cronogramas, por parte dos ODGSA, também deverá ser feito por meio eletrônico, para o Coordenador da Ação 7861, para consolidação, a ser realizada em conjunto com o Órgão Central do STI do COMAER e o EMAER, da PO-2011 até **23 de fevereiro de 2010**.

Após a análise, a consolidação e a priorização dos dados recebidos, estes serão encaminhados à 5SC, para fins de planejamento das necessidades de recursos para o Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER, para o exercício financeiro de 2011, até **05 de março de 2010**.

3.10 AÇÃO 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

Em função das sucessivas restrições orçamentárias e das dificuldades no aumento dos recursos da Ação 2000, ficará a cargo do EMAER o planejamento e a alocação destes recursos. O critério será baseado em demandas específicas e na execução dos Planos de Ação de anos anteriores, que recebem dotação nesta Ação para vida vegetativa (PI A000034.01.00), serviços públicos (PI A000034.02.00), manutenção e conservação de bens imóveis (PI A000034.16.00) e manutenção e conservação de Próprio Nacional Residencial - PNR e Próprio Nacional Residencial Funcional - PNRF (PI A000009.00.00).

Caso ocorram fatos novos (implantação de novas unidades, transferência de unidades aéreas, aumento de efetivo ou de encargos, construção de novas instalações, etc), que possam gerar um aumento nas despesas acima descritas, os Órgãos de Direção Setorial e GABAER deverão informar suas demandas específicas diretamente ao Coordenador da Ação 2000. Esses dados e informações devem traduzir, ao máximo, a realidade prevista, explicitando-se: as justificativas, a previsão legal e o método de cálculo desses acréscimos, decréscimos ou alterações. Este procedimento poderá ainda ser adotado mesmo fora do prazo da elaboração da Proposta Orçamentária.

Os recursos destinados ao financiamento das despesas, referente ao PI A000034.02.00 – Serviços Públicos, só poderão ser remanejados, entre UG, para pagar outras despesas de Serviços Público.

Os recursos destinados ao financiamento das despesas com material permanente (ED 52), diárias - civil e militar (ED 14 e 15) e passagens e despesas com locomoção (ED 33), referente ao PI A000034.01.00, estarão alocados para os ODS, que repassarão às suas OM subordinadas, ao longo do exercício, de acordo com planejamento, critérios e prioridades, buscando a eficiência e a eficácia na execução orçamentária.

3.11 PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL DE OBRAS

A proposta do Plano Plurianual de Obras - PPO é a base documental onde os ODS consolidam todas as obras e serviços de engenharia de suas organizações para os próximos cinco anos, devidamente priorizadas e justificadas. As normas para a elaboração desta proposta pelas OM e ODS estão previstas na ICA 86-1.

As propostas do PPO deverão ser encaminhadas à 4SC do EMAER que é o setor responsável pela consolidação do plano e digitação dos dados orçamentários no SIPLORC.

3.12 SIPLORC

Os usuários deste sistema informatizado, ainda não cadastrados, deverão preencher o formulário de acesso ao SIPLORC em sua página de entrada da INTRAER, www.siplorc.intraer, onde encontrarão as instruções de cadastramento específicas.

As instruções básicas para uso do SIPLORC estão no Anexo K desta instrução.

3.13 CONSIDERAÇÕES GERAIS

- a) justificativas comumente usadas, que não têm valor junto à SOF/MP, são as do tipo que não possuem dados numéricos, apenas alegando necessidade

ou imprescindibilidade dos recursos. Deve ser lembrado que as explicações consideradas nas justificativas são destinadas aos Ministérios da Defesa e do Planejamento. O EMAER, apesar de entender as razões de cada UG, não possui subsídios para respaldar as devidas alegações para o aumento dos recursos orçamentários, perante aqueles órgãos;

- b) a moeda a ser utilizada como referência em todas as Propostas Orçamentárias deve ser o Real (R\$ 1,00). As despesas vinculadas ao dólar devem ser lançadas considerando uma previsão de câmbio, para o exercício de 2011, de R\$ 1,90 por dólar (valor baseado em previsões do Banco Central mais estudos de variação cambial realizados pelo EMAER). Para os valores plurianuais contratados além do ano T, estes montantes deverão ser informados em Real (utilizar mesmo câmbio de 2011) e, no campo “justificativa da Proposta Orçamentária” (Bloco 2 – Histórico e Valores, do SIPLORC), os valores anuais na moeda contratada.
- c) as Organizações Responsáveis que pleitearem recursos na ND 3390.36 deverão solicitar, também, recursos na ND 3391.47, já que as duas se complementam. A ND 3390.36 é utilizada para contratação de serviço de terceiros - pessoa física, enquanto a ND 3391.47 é relativa às obrigações tributárias referentes a estas contratações;
- d) as despesas com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas e troféus devem ser feitas na ND 3390.31;
- f) as despesas com aquisições de materiais para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras devem ser feitas na ND 3390.32; e
- g) as informações orçamentárias do Governo Federal encontram-se disponibilizadas no endereço eletrônico www.planejamento.gov.br;
- h) os recursos para atender a realização das Manobras Operacionais e Reuniões Operacionais estão alocados na Ação 2916. Vale destacar que a Ação em comento, está sob a coordenação do Chefe da 1ª Subchefia do EMAER e os créditos para atendimento das necessidades, deverão ser encaminhados ao Coordenador da Ação (Chefe da 1ª Subchefia), o qual autorizará a descentralização orçamentária, conforme a disponibilidade creditícia existente; e
- i) os recursos necessários ao atendimento das necessidades administrativas dos Adidos Militares da Aeronáutica no exterior são de responsabilidade do Chefe da 2ª Subchefia do EMAER. Por intermédio desta Subchefia, serão descentralizados os recursos para as aditâncias, assim como as suplementações necessárias.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 PRAZOS

Os prazos abaixo estipulados referem-se à Proposta Orçamentária como documento único, incluindo as Unidades Orçamentárias (UO) Tesouro, Fundo Aeronáutico e CFIAe:

- **01 FEV 2010** – Início dos lançamentos das Propostas Orçamentárias no SIPLORC, pelos Coordenadores de Ação;
- **01 FEV 2010** – A SEFA deverá encaminhar ao EMAER (5SC) uma relação dos Convênios (vigentes para o ano T), contendo as seguintes informações: objeto, órgão conveniente, fonte detalhada, valores e datas de início e término. As UG deverão informar no sistema, nas fontes detalhadas, as previsões de alterações, como renovação, aditamentos ou cancelamento dos convênios, além do seu detalhamento por Ação Orçamentária e natureza de despesa;
- **12 FEV 2010** – Os Órgãos Setoriais deverão encaminhar a SDPP, via fax, as suas necessidades de contratação por tempo determinado e auxiliares locais, por intermédio de uma planilha, que contenha o número de servidores, os valores salariais, incluindo encargos, e a previsão da data de efetivação;
- **12 FEV 2010** – O DEPENDS e o GABAER deverão informar a SDPP, via ofício, a previsão de movimentação de alunos das escolas de formação e aperfeiçoamento, e a previsão de movimentação de pessoal para o exterior, para o ano T;
- **23 FEV 2010** – Encaminhamento das necessidades de recursos para o Sistema de Tecnologia da Informação do COMAER;
- **05 MAR 2010** – Último dia para as UG arrecadadoras (conforme previsto no Anexo C) digitarem suas RECEITAS (realizadas e previsão) no SIPLORC. Os CONVÊNIOS DE RECEITA devem ser incluídos nesta previsão;
- **05 MAR 2010** – Último dia para os **Coordenadores de Ação** (previstos no Anexo G), digitarem os dados com suas necessidades na **Proposta de Despesa**, em função das etapas (projetos) e dos eventos (atividades) de cada Ação;
- **12 MAR 2010** – Último dia para os **Gerentes de Programa** (previstos no Anexo G), analisarem, confirmarem, ou alterarem os dados na Proposta de Despesa, em função das etapas e dos eventos planejados em cada Ação;
- **12 MAR 2010** – Último dia para a SEFA (SUFIN-1) efetuar o lançamento no SIPLORC das Receitas arrecadadas;
- **ABR 2010** – A Divisão de Contratos da Subsecretaria de Planejamento SEFA (SUPLAN) deverá informar os dados referentes ao Pagamento da Dívida, oriunda de financiamentos, em todas

as UO do COMAER, em até **05 dias** após sua inclusão no SAOC; e

- **SET 2010** – Será informado aos Coordenadores de Ação e Gerentes de Programa, via Mensagem Direta ou Fac-símile, o período de abertura do SIPLORC, as regras para lançamento do Plano de Ação, assim como os limites estabelecidos no PLOA. Esta data só poderá ser definida após a publicação do PLOA no Diário Oficial da União.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

Esta ICA substitui a ICA 170-2, de 30 de dezembro de 2008, do EMAER.

Os casos não previstos serão resolvidos pelo Exmo. Sr. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

Brasil, Constituição Federal; de 1988 - Brasília - DF

Lei nº 4.320, de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos) e as Leis e Decretos referentes a sua utilização e alterações;

Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 (Adicional de Tarifa Aeroportuária) – altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;

Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e normas complementares;

Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 – LDO 2009;

Decreto nº 92.512, de 02 de abril de 1986 (Condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes), e alterações;

Portaria SOF nº 37, de 16 de Agosto de 2007, que altera a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do MP (Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais e dá outras providências);

Portaria nº 1.047/GM4, de 30 de dezembro de 1992 (Alterada pela Portaria 19/GC5, 14 Jan. 2000);

Portaria nº 19/GC5, de 14 de janeiro de 2000 (Institui o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos, criado pela Lei 8399/1992);

Portaria nº 804/GC3, de 24 de agosto de 2006; (Dispõe sobre a competência do Gerente de Programa e do Gerente Executivo, bem como do Coordenador de Ação do Plano Plurianual (PPA), no âmbito do Comando da Aeronáutica)

Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993 (Assistência pré-escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);

ICA 170-1 Instruções para a Execução do Plano de Ação;

Manual Técnico de Orçamento – (3ª Versão – de 09 Out. 2009)

Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006.

DCA 11.1 – Método para o Planejamento Institucional da Aeronáutica;

Lei nº 10.933, 11 Ago. 2004 (PPA 2008-2011), e alteração; e

Decreto nº 5.233, 06 Out. 2004, ou Decreto substitutivo relativo ao PPA 2008/2011; e Decreto 6601, de 10 Out. 2008.

Anexo A

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CÓDIGO	ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA
52101	Ministério da Defesa
52111	Comando da Aeronáutica
52121	Comando do Exército
52131	Comando da Marinha
52133	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
52201	Agência Nacional de Aviação Civil
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)
52222	Fundação Osório
52901	Fundo do Ministério da Defesa
52902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
52903	Fundo do Serviço Militar
52911	Fundo Aeronáutico
52921	Fundo do Exército
52931	Fundo Naval
52932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

Anexo B

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO	
FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
01 – Legislativa	031 – Ação Legislativa 032 – Controle Externo
02 – Judiciária	061 – Ação Judiciária 062 – Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
03 – Essencial à Justiça	091 – Defesa da Ordem Jurídica 092 – Representação Judicial e Extrajudicial
04 – Administração	121 – Planejamento e Orçamento 122 – Administração Geral 123 – Administração Financeira 124 – Controle Interno 125 – Normalização e Fiscalização 126 – Tecnologia da Informação 127 – Ordenamento Territorial 128 – Formação de Recursos Humanos 129 – Administração de Receitas 130 – Administração de Concessões 131 – Comunicação Social
05 – Defesa Nacional	151 – Defesa Aérea 152 – Defesa Naval 153 – Defesa Terrestre
06 – Segurança Pública	181 – Policiamento 182 – Defesa Civil 183 – Informação e Inteligência
07 – Relações Exteriores	211 – Relações Diplomáticas 212 – Cooperação Internacional
08 – Assistência Social	241 – Assistência ao Idoso 242 – Assistência ao Portador de Deficiências 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente 244 – Assistência Comunitária
09 – Previdência Social	271 – Previdência Básica 272 – Previdência do Regime Estatutário 273 – Previdência Complementar 274 – Previdência Especial
10 – Saúde	301 – Atenção Básica 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial 303 – Suporte Profilático e Terapêutico 304 – Vigilância Sanitária 305 – Vigilância Epidemiológica 306 – Alimentação e Nutrição
11 – Trabalho	331 – Proteção e Benefícios ao Trabalhador 332 – Relações de Trabalho

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO	
FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
	333 – Empregabilidade 334 – Fomento ao Trabalho
12 – Educação	361 – Ensino Fundamental 362 – Ensino Médio 363 – Ensino Profissional 364 – Ensino Superior 365 – Educação Infantil 366 – Educação de Jovens e Adultos 367 – Educação Especial
13 – Cultura	391 – Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico 392 – Difusão Cultural
14 – Direitos da Cidadania	421 – Custódia e Reintegração Social 422 – Direitos Individuais, Coletivos e Difusos 423 – Assistência aos Povos Indígenas
15 – Urbanismo	451 – Infra-Estrutura Urbana 452 – Serviços Urbanos 453 – Transportes Coletivos Urbanos
16 – Habitação	481 – Habitação Rural 482 – Habitação Urbana
17 – Saneamento	511 – Saneamento Básico Rural 512 – Saneamento Básico Urbano
18 – Gestão Ambiental	541 – Preservação e Conservação Ambiental 542 – Controle Ambiental 543 – Recuperação de Áreas Degradadas 544 – Recursos Hídricos 545 – Meteorologia
19 – Ciência e Tecnologia	571 – Desenvolvimento Científico 572 – Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia 573 – Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
20 – Agricultura	601 – Promoção da Produção Vegetal 602 – Promoção da Produção Animal 603 – Defesa Sanitária Vegetal 604 – Defesa Sanitária Animal 605 – Abastecimento 606 – Extensão Rural 607 – Irrigação
21 – Organização Agrária	631 – Reforma Agrária 632 - Colonização
22 – Indústria	661 – Promoção Industrial 662 – Produção Industrial 663 – Mineração 664 – Propriedade Industrial 665 – Normalização e Qualidade
23 – Comércio e Serviços	691 – Promoção Comercial 692 – Comercialização 693 – Comércio Exterior 694 – Serviços Financeiros

FUNÇÕES E SUBFUNÇÕES DE GOVERNO	
FUNÇÕES	SUBFUNÇÕES
	695 – Turismo
24 – Comunicações	721 – Comunicações Postais 722 – Telecomunicações
25 – Energia	751 – Conservação de Energia 752 – Energia Elétrica 753 – Combustíveis Minerais 754 – Biocombustíveis
26 – Transporte	781 – Transporte Aéreo 782 – Transporte Rodoviário 783 – Transporte Ferroviário 784 – Transporte Hidroviário 785 – Transportes Especiais
27 – Desporto e Lazer	811 – Desporto de Rendimento 812 – Desporto Comunitário 813 – Lazer
28 – Encargos Especiais	841 – Refinanciamento da Dívida Interna 842 – Refinanciamento da Dívida Externa 843 – Serviço da Dívida Interna 844 – Serviço da Dívida Externa 845 – Outras Transferências 846 – Outros Encargos Especiais 847 – Transferências para a Educação Básica

3 Ver, no tópico “Legislação” do MTO, a Portaria SOF nº 37, de 16 de Agosto de 2007, que altera o anexo da Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999.

Anexo C

CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS POR FONTES

FUNDO AERONÁUTICO

CÓDIGO DA NATUREZA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE DETALHADA	UG UTILIZADORA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
1312.00.00	ARRENDAMENTOS	250.120.520	UNIDADES**
1315.20.00	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS E PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS	250.120.360	SEFA
1315.30.00	TAXA DE OCUPAÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS	250.120.560	PREFEITURAS
1325.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280.120.320	SEFA
1600.00.00	RECEITAS DE SERVIÇOS		
1600.01.99	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS	250.120.510 250.120.630	UNIDADES
1600.03.04	SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO	250.120.320	SEFA/COMGAR
1600.05.01	SERVIÇOS HOSPITALARES	250.120.550	OSA E POSTOS DE SAÚDE (Organização de Saúde da Aeronáutica)
1600.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	250.120.520 250.120.377	UNIDADES** CENIPA
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS	250.120.620	UNIDADES
1600.21.00	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO	250.120.520	HÓTEIS DE TRÂNSITO
1600.31.02	ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUÁRIA	250.120.380 250.120.389	PROFAA EMAER (32)
1600.33.01	TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA SIPAER ADM SICOTAN – TARIFA	250.120.370 250.120.371 250.120.377	DECEA CISCEA CENIPA
1600.33.02	ADICIONAL SOBRE TARIFAS DE USO DAS COMUNICAÇÕES E DOS AUXÍLIOS À NAVEGAÇÃO AÉREA EM ROTA	250.120.372 250.120.388	DECEA DECEA

CÓDIGO DA NATUREZA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE DETALHADA	UG UTILIZADORA
	SIPAER ADM. SICOTAN – ADICIONAL	250.120.377	CENIPA
1600.99.00	OUTROS SERVIÇOS (PROG. ASSISTENCIAL)	250.120.610	SDEE
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		
1761.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	281.xxx.xxx	CONVENENTES
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
1918.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS	250.120.320	SEFA
1918.08.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPAÇÃO	250.120.560	PREFEITURAS
1918.99.00	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	250.120.320	SEFA
1990.19.00	RECOLHIMENTO DO BENEFICIÁRIO AO FUNDO DE SAÚDE MILITAR	250.120.350	SARAM
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	250.120.320	SEFA
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		
2219.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS	250.120.320 250.120.520	SEFA/DIRENG UNIDADES**
2229.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	250.120.320	ÓRGÃOS SETORIAIS
7000.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (***)		
7600.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.120.510	UG's
7600.05.01	SERVIÇOS HOSPITALARES – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.120.550	HOSPITAIS
7600.01.99	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.120.520	UG's
7990.90.00	OUTRAS RECEITAS – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	250.120.000	

* NO CASO DE RECEITA DE CONVÊNIO, O DETALHAMENTO DE FONTE 281.XXX.XXX SERÁ O NÚMERO QUE CADA CONVÊNIO RECEBE AO SER CADASTRADO, PELA SEFA, NO SIAFI, E CORRESPONDENTE A CADA UM DOS NÍVEIS DE DETALHAMENTO.

** CASO A RECEITA DESEJADA NÃO ESTEJA DISPONÍVEL NO SIPLORC, A UNIDADE DEVE SOLICITAR A INCLUSÃO AO EMAER/SSC.

*** PORTARIA INTERMINISTERIAL STN/SOF Nº 338, DE 26 DE ABRIL DE 2006.

CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

CÓDIGO DA NATUREZA	ESPECIFICAÇÃO	FONTE DETALHADA	UG UTILIZADORA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
1325.00.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	280.000.000	CFIAE
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		
1600.02.01	JUROS DE EMPRÉSTIMOS	280.000.000	CFIAE
1600.02.03	SERVIÇOS FINANCEIROS DE COMPENSAÇÃO VARIAÇÕES SALARIAIS	280.000.000	CFIAE
1600.13.00	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	250.000.000	CFIAE
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		
1919.27.00	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATO	250.000.000	CFIAE
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
2119.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS	246.000.000	CFIAE
2300.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		
2300.70.02	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS – EM CONTRATOS	280.000.000	CFIAE
2300.80.01	AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE BENS	280.000.000	CFIAE

OBS.: A TABELA COMPLETA DA CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS CONSTA DO MTO 2010, ATUALIZADO EM 2009. CASO AS UG NECESSITEM CLASSIFICAR RECEITA, CUJO CÓDIGO DA NATUREZA NÃO CONSTE DESTE ANEXO, DEVERÃO CONSULTAR O EMAER PARA ORIENTAÇÃO QUANTO AO PROCEDIMENTO A SER ADOTADO.

Anexo D

CLASSIFICAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS

GRUPO DE FONTES DE RECURSOS	
1	Recursos do Tesouro – Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente
3	Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores
6	Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

I – ESPECIFICAÇÃO DAS FONTES

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados
02	Transferência do Imposto Territorial Rural
03	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional
11	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – Combustíveis
12	Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
13	Contribuição do Salário-Educação
15	Contribuição para os Programas Especiais (Pin e Proterra)
16	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
18	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos
19	Imposto sobre Operações Financeiras – Ouro
20	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais
23	Contribuição para Custeio das Pensões Militares
27	Custas Judiciais
29	Recursos de Concessões e Permissões
30	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional
31	Selos de Controle e Lojas Francas
32	Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF
33	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário
34	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos
35	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante
39	Alienação de Bens Apreendidos
40	Contribuições para os Programas PIS/PASEP
41	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais
42	Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural
43	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Refinanciamento da Dívida Pública Federal

44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional – Outras Aplicações
46	Operações de Crédito Internas – em Moeda
47	Operações de Crédito Internas – em Bens e/ou Serviços
48	Operações de Crédito Externas – em Moeda
49	Operações de Crédito Externas – em Bens e/ou Serviços
50	Recursos Próprios Não-Financeiros
51	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas
52	Resultado do Banco Central
53	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS
54	Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social
55	Contribuição sobre Movimentação Financeira
56	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
57	Receitas de Honorários de Advogados
58	Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF
59	Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos
60	Recursos das Operações Oficiais de Crédito
61	Certificados de Privatização
62	Reforma Patrimonial – Alienação de Bens
63	Reforma Patrimonial - Privatizações
64	Títulos da Dívida Agrária
65	Alienação de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento
67	Notas do Tesouro Nacional – Série “P”
69	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
71	Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – BEA/BIB
72	Outras Contribuições Econômicas
73	Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Operações de Crédito – Estados e Municípios
74	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia
75	Taxas por Serviços Públicos
76	Outras Contribuições Sociais
79	Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
80	Recursos Próprios Financeiros
81	Recursos de Convênios
82	Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres
84	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
85	Desvinculação Parcial de Recursos de Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo ou Gás Natural
86	Outras Receitas Originárias
87	Alienação de Títulos e Valores Mobiliários

88	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
89	Recursos das Operações Oficiais de Crédito – Retorno de Refinanciamento de Dívidas do Clube de Paris
91	Recurso Correspondente à Reserva de Contingência Específica
93	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação
94	Doações para o Combate à Fome
95	Doações de Entidades Internacionais
96	Doações de Pessoas ou Instituições Privadas Nacionais
97	Dividendos da União
98	Desvinculação de Recursos de Superávit Financeiro

1 – RECURSOS DO TESOIRO (DISPONÍVEIS PARA PROPOSTA)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
100	RECURSOS ORDINÁRIOS
143	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL – REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL
144	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL – OUTRAS APLICAÇÕES
146	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS – EM MOEDA
147	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS – EM BENS E/OU SERVIÇOS
148	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS – EM MOEDA
149	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS – EM BENS E/OU SERVIÇOS
151	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS
153	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – COFINS
156	CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO
169	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

2 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES (DISPONÍVEIS PARA PROPOSTA)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
246	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS – EM MOEDA
247	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS – EM BENS E/OU SERVIÇOS
248	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS – EM MOEDA
249	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS – EM BENS E/OU SERVIÇOS
250	RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS
280	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS
281	RECURSOS DE CONVÊNIOS

3 – RECURSOS DO TESOIRO (EXERCÍCIOS ANTERIORES)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
300	RECURSOS ORDINÁRIOS
388	REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOIRO NACIONAL

9 – RECURSOS CONDICIONADOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
900	RECURSOS ORDINÁRIOS
985	DESVINCULAÇÃO PARCIAL DE RECURSOS DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO OU GÁS NATURAL

Anexo E

COMPONENTES DA PROGRAMAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

PROGRAMAÇÃO FÍSICA

1 - Meta Física

Meta física é a quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, se for o caso, num determinado período e instituída para cada ano. As metas físicas são indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

Vale ressaltar que o critério para regionalização de metas é o da localização dos beneficiados pela ação. Exemplo: No caso da vacinação de crianças, a meta será regionalizada pela quantidade de crianças a serem vacinadas ou de vacinas empregadas em cada Estado, ainda que a campanha seja de âmbito nacional e a despesa paga de forma centralizada. O mesmo ocorre com a distribuição de livros didáticos.

COMPONENTES DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

1 - Natureza de Despesa

Os arts. 12 e 13 da Lei n.º 4.320, de 1964, tratam da classificação da despesa por categoria econômica e elementos. Assim como no caso da receita, o art. 8º estabelece que os itens da discriminação da despesa mencionados no art. 13 serão identificados por números de código decimal, na forma do Anexo IV dessa Lei, atualmente consubstanciados no Anexo II da Portaria Interministerial no 163, de 2001. O conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence, a modalidade de aplicação e o elemento. Na base do SIOP o campo que se refere à natureza de despesa contém um código composto por seis algarismos:

1º 2º 3º 4º 5º 6º (Exemplo: 3.3.90.30 ou 4.4.90.52)

Categoria Econômica da Despesa (1º algarismo)

Grupo de Natureza da Despesa (2º algarismo)

Modalidades de Aplicação (3º e 4º algarismos)

Elementos de Despesa (5º e 6º algarismos)

2 - Categoria Econômica da Despesa

A despesa, assim como a receita, é classificada em duas categorias econômicas, com os seguintes códigos:

3 - Despesas Correntes - despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

4 - Despesas de Capital - despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

3 - Grupo de Natureza da Despesa

É um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

1 - Pessoal e Encargos Sociais

Despesas de natureza remuneratória decorrente do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares, e ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão-de-obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1o, da Lei Complementar no 101, de 2000.

2 - Juros e Encargos da Dívida

Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

3 - Outras Despesas Correntes

Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

4 - Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

5 - Inversões financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

6 - Amortização da Dívida

Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

9 - Reserva de Contingência

Agrupa-se neste grupo de natureza de despesa o volume de recursos alocados com o objetivo de atender o disposto no art.13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - 2009.

4 - Modalidade de Aplicação

A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira, inclusive a decorrente de descentralização orçamentária para outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou, então, diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo. A modalidade de aplicação objetiva, principalmente, eliminar a dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

20 - Transferências à União

Despesas realizadas pelos Estados, Municípios ou pelo Distrito Federal, mediante transferência de recursos financeiros à União, inclusive para suas entidades da administração indireta.

30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Municípios aos Estados e ao Distrito Federal, inclusive para suas entidades da administração indireta.

40 - Transferências a Municípios

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros da União ou dos Estados aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta.

50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.

60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades com fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública.

70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação ou por dois ou mais países, inclusive o Brasil.

71 - Transferências a Consórcios Públicos

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades criadas sob a forma de consórcios públicos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, objetivando a execução dos programas e ações dos respectivos entes consorciados.

80 - Transferências ao Exterior

Despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países, a organismos internacionais e a fundos instituídos por diversos países, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil.

90 - Aplicações Diretas

Aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o recebedor dos recursos também for órgão,

fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo

99 - A Definir

Modalidade de utilização exclusiva do Poder Legislativo, vedada a execução orçamentária enquanto não houver sua definição, podendo ser utilizada para classificação orçamentária da Reserva de Contingência, nos termos do parágrafo único do art. 8º desta Portaria.

5 - Elemento de Despesa

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortização e outros que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins. Os códigos dos elementos de despesa estão definidos no Anexo II da Portaria Interministerial nº 163, de 2001.

É vedada a utilização em projetos e atividades dos elementos de despesa 41- Contribuições, 42-Auxílios e 43-Subvenções Sociais, o que pode ocorrer apenas em operações especiais.

É vedada a utilização de elementos de despesa que representem gastos efetivos (ex.: 30, 35, 36, 39, 51, 52, etc) em operações especiais.

01 - Aposentadorias e Reformas

Despesas com pagamentos de inativos civis, militares reformados e segurados do plano de benefícios da previdência social.

03 - Pensões

Despesas com pensionistas civis e militares; pensionistas do plano de benefícios da previdência social; pensões concedidas por lei específica ou por sentenças judiciais.

04 - Contratação por Tempo Determinado

Despesas com a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com legislação específica de cada ente da Federação, inclusive obrigações patronais e outras despesas variáveis, quando for o caso.

05 - Outros Benefícios Previdenciários

Despesas com outros benefícios do sistema previdenciário exclusive aposentadoria, reformas e pensões.

Despesas decorrentes do cumprimento do art. 203, inciso V, da Constituição Federal, que dispõe:

Art. 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

07 - Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência

Despesas com os encargos da entidade patrocinadora no regime de previdência fechada, para complementação de aposentadoria.

08 - Outros Benefícios Assistenciais

Despesas com: Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade, ou aposentado, ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar; Auxílio-Reclusão devido à família do servidor ou do militar afastado por motivo de prisão; Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho; Auxílio-Creche ou Assistência Pré-Escolar e Auxílio-Invalidez pagos diretamente ao servidor ou militar.

09 - Salário-Família

Benefício pecuniário devido aos dependentes econômicos do militar ou do servidor, exclusive os regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, os quais são pagos à conta do plano de benefícios da previdência social.

10 - Outros Benefícios de Natureza Social

Despesas com abono PIS/PASEP e Seguro-Desemprego, em cumprimento aos §§ 3º e 4º do art. 239 da Constituição Federal.

11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Despesas com: Vencimento; Salário Pessoal Permanente; Vencimento ou Salário de Cargos de Confiança; Subsídios; Vencimento do Pessoal em Disponibilidade Remunerada; Gratificações, tais como: Gratificação Adicional Pessoal Disponível; Gratificação de Interiorização; Gratificação de Dedicção Exclusiva; Gratificação de Regência de Classe; Gratificação pela Chefia ou Coordenação de Curso de Área ou Equivalente; Gratificação por Produção Suplementar; Gratificação por Trabalho de Raios X ou Substâncias Radioativas; Gratificação pela Chefia de Departamento, Divisão ou Equivalente; Gratificação de Direção Geral ou Direção (Magistério de 1º e 2º Graus); Gratificação de Função-Magistério Superior; Gratificação de Atendimento e Habilitação Previdenciários; Gratificação Especial de Localidade; Gratificação de Desempenho das Atividades Rodoviárias; Gratificação da Atividade de Fiscalização do Trabalho; Gratificação de Engenheiro Agrônomo; Gratificação de Natal; Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação de Contribuições e de Tributos; Gratificação por Encargo de Curso ou de Concurso; Gratificação de Produtividade do Ensino; Gratificação de Habilitação Profissional; Gratificação de Atividade; Gratificação de Representação de Gabinete; Adicional de Insalubridade; Adicional Noturno; Adicional de Férias 1/3 (art. 7º, inciso XVII, da Constituição); Adicionais de Periculosidade; Representação Mensal; Licença-Prêmio por assiduidade; Retribuição Básica (Vencimentos ou Salário no Exterior); Diferenças Individuais Permanentes; Vantagens Pecuniárias de Ministro de Estado, de Secretário de Estado e de Município; Férias Antecipadas de Pessoal Permanente; Aviso Prévio (cumprido); Férias Vencidas e Proporcionais; Parcela Incorporada (ex-quintos e ex-décimos); Indenização de Habilitação Policial; Adiantamento do 13º Salário; 13º Salário Proporcional; Incentivo Funcional - Sanitarista; Abono Provisório; “Pró-labore” de Procuradores; e outras despesas correlatas de caráter permanente.

12 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar

Despesas com: Soldo; Gratificação de Localidade Especial; Gratificação de Representação; Adicional de Tempo de Serviço; Adicional de Habilitação; Adicional de Compensação Orgânica; Adicional Militar; Adicional de Permanência; Adicional de Férias; Adicional Natalino; e outras despesas correlatas, de caráter permanente, previstas na estrutura remuneratória dos militares.

13 - Obrigações Patronais

Despesas com encargos que a administração possui pela sua condição de empregadora, e resultantes de pagamento de pessoal, tais como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e contribuições para Institutos de Previdência.

14 - Diárias - Civil

Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

15 - Diárias - Militar

Despesas decorrentes do deslocamento do militar da sede de sua unidade por motivo de serviço, destinadas à indenização das despesas de alimentação e pousada.

16 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Despesas relacionadas às atividades do cargo/emprego ou função do servidor, e cujo pagamento só se efetua em circunstâncias específicas, tais como: hora-extra; substituições; e outras despesas da espécie, decorrentes do pagamento de pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

17 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Militar

Despesas eventuais, de natureza remuneratória, devidas em virtude do exercício da atividade militar, exceto aquelas classificadas em elementos de despesas específicos.

18 - Auxílio Financeiro a Estudantes

Despesa com ajuda financeira concedida pelo Estado a estudantes comprovadamente carentes, e concessão de auxílio para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudante, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

19 - Auxílio-Fardamento

Despesas com o auxílio-fardamento, pago diretamente ao servidor ou militar.

20 - Auxílio Financeiro a Pesquisadores

Apoio financeiro concedido a pesquisadores, individual ou coletivamente, exceto na condição de estudante, no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas, nas suas mais diversas modalidades, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

21 - Juros sobre a Dívida por Contrato

Despesas com juros referentes a operações de crédito efetivamente contratadas.

22 - Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato

Despesas com outros encargos da dívida pública contratada, tais como: taxas, comissões bancárias, prêmios, imposto de renda e outros encargos.

23 - Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária

Despesas com a remuneração real devida pela aplicação de capital de terceiros em títulos públicos.

24 - Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária

Despesas com outros encargos da dívida mobiliária, tais como: comissão, corretagem, seguro, etc.

25 - Encargos sobre Operações de Crédito por Antecipação da Receita

Despesas com o pagamento de encargos da dívida pública, inclusive os juros decorrentes de operações de crédito por antecipação da receita, conforme § 8º, do art. 165, da Constituição Federal.

26 - Obrigações decorrentes de Política Monetária

Despesas com a cobertura do resultado negativo do Banco Central do Brasil, como autoridade monetária, apurado em balanço, nos termos da legislação vigente.

27 - Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares

Despesas que a administração é compelida a realizar em decorrência da honra de avais, garantias, seguros, fianças e similares concedidos.

28 - Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos

Encargos decorrentes da remuneração de cotas de fundos autárquicos, à semelhança de dividendos, em razão dos resultados positivos desses fundos.

30 - Material de Consumo

Despesas com álcool automotivo; gasolina automotiva; diesel automotivo; lubrificantes automotivos; combustível e lubrificantes de aviação; gás engarrafado; outros combustíveis e lubrificantes; material biológico, farmacológico e laboratorial; animais para estudo, corte ou abate; alimentos para animais; material de coudelaria ou de uso zootécnico; sementes e mudas de plantas; gêneros de alimentação; material de construção para reparos em imóveis; material de manobra e patrulhamento; material de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; material de expediente; material de cama e mesa, copa e cozinha, e produtos de higienização; material gráfico e de processamento de dados; aquisição de disquete; material para esportes e diversões; material para fotografia e filmagem; material para instalação elétrica e eletrônica; material para manutenção, reposição e aplicação; material odontológico, hospitalar e ambulatorial; material químico; material para telecomunicações; vestuário, uniformes, fardamento, tecidos e aviamentos; material de acondicionamento e embalagem; suprimento de proteção ao vôo; suprimento de aviação; sobressalentes de máquinas e motores de navios e esquadra; explosivos e munições; bandeiras, flâmulas e insígnias e outros materiais de uso não-duradouro.

31 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras

Despesas com a aquisição de prêmios, condecorações, medalhas, troféus, etc, bem como com o pagamento de prêmios em pecúnia, inclusive decorrentes de sorteios lotéricos.

32 - Material de Distribuição Gratuita

Despesas com aquisição de materiais para distribuição gratuita, tais como livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto se destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

33 - Passagens e Despesas com Locomoção

Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamento, pedágios, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens em decorrência de mudanças de domicílio no interesse da administração.

34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização

Despesas relativas à mão-de-obra, constantes dos contratos de terceirização, classificáveis no grupo de despesa “1 - Pessoal e Encargos Sociais”, em obediência ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

35 - Serviços de Consultoria

Despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas ou jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou auditorias financeiras ou jurídicas, ou assemelhadas.

36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física pagos diretamente a esta e não enquadrados nos elementos de despesa específicos, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; estagiários, monitores diretamente contratados; diárias a colaboradores eventuais; locação de imóveis; salário de internos nas penitenciárias; e outras despesas pagas diretamente à pessoa física.

37 - Locação de Mão-de-Obra

Despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como limpeza e higiene, vigilância ostensiva e outros, nos casos em que o contrato especifique o quantitativo físico do pessoal a ser utilizado.

38 - Arrendamento Mercantil

Despesas com a locação de equipamentos e bens móveis, com opção de compra ao final do contrato.

39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale -transporte; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); software; habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres.

41 - Contribuições

Despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e não seja reembolsável pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, observado o disposto na legislação vigente.

42 - Auxílios

Despesas destinadas a atender a despesas de investimentos ou inversões financeiras de outras esferas de governo ou de entidades privadas sem fins lucrativos, observado, respectivamente, o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

43 - Subvenções Sociais

Cobertura de despesas de instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com os arts. 16, parágrafo único, e 17 da Lei nº 4.320, de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

45 - Equalização de Preços e Taxas

Despesas para cobrir a diferença entre os preços de mercado e o custo de remissão de gêneros alimentícios ou outros bens, bem como a cobertura do diferencial entre níveis de encargos praticados em determinados financiamentos governamentais e os limites máximos admissíveis para efeito de equalização.

46 - Auxílio-Alimentação

Despesas com auxílio-alimentação pago em pecúnia diretamente aos militares e servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta.

47 - Obrigações Tributárias e Contributivas

Despesas decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas (Imposto de Renda, ICMS, IPVA, IPTU, Taxa de Limpeza Pública, COFINS, PIS/PASEP, etc.), exceto as incidentes sobre a folha de salários, classificadas como obrigações patronais, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

48 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas

Despesas com a concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sob as mais diversas modalidades, tais como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens, não classificados explicita ou implicitamente em outros elementos de despesa, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

49 - Auxílio-Transporte

Despesas com auxílio-transporte pago em pecúnia diretamente aos militares, servidores ou empregados da Administração Pública direta e indireta, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, ou trabalho-trabalho nos casos de acumulação lícita de cargos ou empregos.

51 - Obras e Instalações

Despesas com estudos e projetos; início, prosseguimento e conclusão de obras; pagamento de pessoal temporário não pertencente ao quadro da entidade e necessário à

realização das mesmas; pagamento de obras contratadas; instalações que sejam incorporáveis ou inerentes ao imóvel, tais como: elevadores, aparelhagem para ar condicionado central, etc.

52 - Equipamentos e Material Permanente

Despesas com aquisição de aeronaves; aparelhos de medição; aparelhos e equipamentos de comunicação; aparelhos, equipamentos e utensílios médico, odontológico, laboratorial e hospitalar; aparelhos e equipamentos para esporte e diversões; aparelhos e utensílios domésticos; armamentos; coleções e materiais bibliográficos; embarcações, equipamentos de manobra e patrulhamento; equipamentos de proteção, segurança, socorro e sobrevivência; instrumentos musicais e artísticos; máquinas, aparelhos e equipamentos de uso industrial; máquinas, aparelhos e equipamentos gráficos e equipamentos diversos; máquinas, aparelhos e utensílios de escritório; máquinas, ferramentas e utensílios de oficina; máquinas, tratores e equipamentos agrícolas, rodoviários e de movimentação de carga; mobiliário em geral; obras de arte e peças para museu; semoventes; veículos diversos; veículos ferroviários; veículos rodoviários; outros materiais permanentes.

61- Aquisição de Imóveis

Despesas com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras ou para sua pronta utilização.

62 - Aquisição de Produtos para Revenda

Despesas com a aquisição de bens destinados à venda futura.

63 - Aquisição de Títulos de Crédito

Despesas com a aquisição de títulos de crédito não representativos de quotas de capital de empresas.

64 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital já Integralizado

Despesas com a aquisição de ações ou quotas de qualquer tipo de sociedade, desde que tais títulos não representem constituição ou aumento de capital.

65 - Constituição ou Aumento de Capital de Empresas

Despesas com a constituição ou aumento de capital de empresas industriais, agrícolas, comerciais ou financeiras, mediante subscrição de ações representativas do seu capital social.

66 - Concessão de Empréstimos e Financiamentos

Concessão de qualquer empréstimo ou financiamento, inclusive bolsas de estudo reembolsáveis.

67 - Depósitos Compulsórios

Depósitos compulsórios exigidos por legislação específica, ou determinados por decisão judicial.

71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado

Despesas com a amortização efetiva do principal da dívida pública contratual, interna e externa.

72 - Principal da Dívida Mobiliária Resgatado

Despesas com a amortização efetiva do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, interna e externa.

73 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Contratual Resgatada

Despesas decorrentes da atualização do valor do principal da dívida contratual, interna e externa, efetivamente amortizado.

74 - Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada

Despesas decorrentes da atualização do valor nominal do título da dívida pública mobiliária, efetivamente amortizado.

75 - Correção Monetária da Dívida de Operações de Crédito por Antecipação de Receita

Correção Monetária da Dívida decorrente de operação de crédito por antecipação de receita.

76 - Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado

Despesas com o refinanciamento do principal da dívida pública mobiliária, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública mobiliária.

77 - Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado

Despesas com o refinanciamento do principal da dívida pública contratual, interna e externa, inclusive correção monetária ou cambial, com recursos provenientes da emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

81 - Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas

Despesas decorrentes da transferência a outras esferas de governo de receitas tributárias, de contribuições e de outras receitas vinculadas, prevista na Constituição ou em leis específicas, cuja competência de arrecadação é do órgão transferidor.

91 - Sentenças Judiciais

Despesas resultantes de:

- a) pagamento de precatórios, em cumprimento ao disposto no art. 100 e seus parágrafos da Constituição, e no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT;
- b) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- c) cumprimento de sentenças judiciais, transitadas em julgado, de pequeno valor, na forma definida em lei, nos termos do § 3º do art. 100 da Constituição; e
- d) cumprimento de decisões judiciais, proferidas em Mandados de Segurança e Medidas Cautelares, referentes a vantagens pecuniárias concedidas e ainda não incorporadas em caráter definitivo às remunerações dos beneficiários.

92 - Despesas de Exercícios Anteriores

Cumprimento do art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964, que dispõe:

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar

com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”.

93 - Indenizações e Restituições

Despesas com indenizações, exclusive as trabalhistas, e restituições, devidas por órgãos e entidades a qualquer título, inclusive devolução de receitas quando não for possível efetuar essa devolução mediante a compensação com a receita correspondente, bem como outras despesas de natureza indenizatória não classificadas em elementos de despesas específicos.

94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas

Despesas de natureza remuneratória resultante do pagamento efetuado a servidores públicos civis e empregados de entidades integrantes da administração pública, inclusive férias e aviso prévio indenizados, multas e contribuições incidentes sobre os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, etc, em função da perda da condição de servidor ou empregado, podendo ser em decorrência da participação em programa de desligamento voluntário, bem como a restituição de valores descontados indevidamente, quando não for possível efetuar essa restituição mediante compensação com a receita correspondente.

95 - Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo

Despesas com indenizações devidas aos servidores que se afastarem de seu local de trabalho, sem direito à percepção de diárias, para execução de trabalhos de campo, tais como os de campanha de combate e controle de endemias; marcação, inspeção e manutenção de marcos decisórios; topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.

96 - Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado

Ressarcimento das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não-dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes.

98 – Investimentos – Orçamento de Investimento.

99 - A Classificar

Elemento transitório que deverá ser utilizado enquanto se aguarda a classificação em elemento específico, vedada a sua utilização na execução orçamentária.

Anexo F

PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO DE AÇÃO DO COMAER

(ATIVIDADES, PROJETOS E OPERAÇÕES ESPECIAIS)
COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)
FUNDO AERONÁUTICO (52911)
CFIAE (52211)

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0179	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	T	OE
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	T	OE

PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL (FUNDO)

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2521	PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	F	A
2630	PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS	F	A

PROGRAMA 0464 – NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS – PNAE

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2595	CAPACITAÇÃO DE ESPECIALISTAS DO SETOR ESPACIAL	F	A
4422	FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	T / F	A
4424	FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	T / F	A

PROGRAMA 0496 – INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
4322	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	T	A

PROGRAMA 0621 – PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2048	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO	T	A
2755	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE CAMPO DE PROVAS E ESTANDES DE TIRO DE AVIAÇÃO	T	A
2756	MANUTENÇÃO E SUP. DE MATERIAL CONTRA-INCÊNDIO	F	A
2757	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE SIMULADORES	T	A

2864	ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL	T	A
2866	AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO	T	A
2868	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	T	A
2890	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BÉLICO	T	A
2895	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE SAÚDE	T	A
2896	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DO TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE	T	A
2916	INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO DA AERONÁUTICA	T / F	A
8973	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE INTENDÊNCIA	T / F	A

PROGRAMA 0623 – SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO (FUNDO)

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2913	INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	F	A
2923	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	F	A
118T	ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	T	P
3133	DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	F	P

PROGRAMA 0627 – TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
123B	DESENVOLVIMENTO DE CARGUEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)	T	P
125G	DESENVOLVIMENTO DO TURBOÉLICE TH 1000	T	P
2884	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	T	A
2899	SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	T	A
4348	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA METEOROLOGIA AEROESPACIAL	T	A
4404	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO AEROESPACIAL NO CTA	T / F	A
5408	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BÉLICOS E ASSOCIADOS	F	P

PROGRAMA 0631 – DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (FUNDO)

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
12CD	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL	F	P

12CE	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	F	P
3119	IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS DE COMBATE A INCÊNDIO	F	P
5150	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL	F	P
5154	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE ESTADUAL	F	P

**PROGRAMA 0632 – REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA
BRASILEIRA (FUNDO/TESOURO)**

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
123J	AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MÉDIO PORTE DE EMPREGO GERAL (PROJETO H-X BR)	T	P
3108	MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES	T	P
3116	MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA	F	P
3120	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES	T	P
3123	IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS BÉLICOS	F	P
3128	MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES	T	P
5261	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TELEMÁTICA MILITAR	F	P
7861	DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS	T / F	P
8962	AQUISIÇÃO DE PRÓPRIOS NACIONAIS RESIDENCIAIS PARA AS FORÇAS ARMADAS	F	A
8969	AQUISIÇÃO DE AERONAVES	T	A
8970	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE	T / F	A

**PROGRAMA 0637 – SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS
(FUNDO/TESOURO)**

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2059	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	T	A
2887	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS	F	A

PROGRAMA 0640 – ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2B25	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE OFICIAIS E CIVIS	T	A
2B26	FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E ESPECIALIZAÇÃO DE SARGENTOS E CIVIS	T	A
2055	CURSOS DE ALTOS ESTUDOS E DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA	T	A
2507	CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	T	A

2509	ENSINO PREPARATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS	T	A
2685	CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA	T	A
2915	FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS	T	A

PROGRAMA 1383 – ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE (TESOURO)

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
132T	ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS ISOLADAS EM REGIÕES DA FRONTEIRA NORTE	T	P

PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0A07	CONCESSÃO DE BOLSA – EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS DEPENDENTES DAS VÍTIMAS DO ACIDENTES DE ALCÂNTARA	T	OE
09HB	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	T / C	OE
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (FUNDO/TESOURO)	T/F/C	A
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	T	A
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	T	A
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	T	A
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	T	A
2867	REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS	T	A

PROGRAMA 0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0716	CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIÃO, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS FEDERAIS	T	OE

PROGRAMA 0905 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0283	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA	C	OE

**PROGRAMA 0906 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA
(JUROS E AMORTIZAÇÕES)**

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0284	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL EXTERNA	T	OE

**PROGRAMA 1293 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS
ESTRATÉGICOS**

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
2522	PRODUÇÃO DE FÁRMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS	F	A

**PROGRAMA 1401 – REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS
HUMANOS**

AÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UO	TIPO
0436	INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS – MILITARES	T	OE
0C00	PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES (MP 300/2006)	T	OE

T – TESOURO

F – FUNDO AERONÁUTICO

C – CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA

A – ATIVIDADE

P – PROJETO

OE – OPERAÇÕES ESPECIAIS

UO – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Anexo G

PROGRAMAS E AÇÕES DO PPA

● PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

OBJETIVO:

Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

OBJETIVO SETORIAL:

Programa sem vinculação direta aos Objetivos Setoriais.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Objetivo Setorial sem vinculação direta aos Objetivos de Governo.

GERENTE DO PROGRAMA: É do Ministério da Previdência Social

ACÕES:

■ 09.272.0089.0179 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (**OPERAÇÃO ESPECIAL**)

FINALIDADE:

Garantir uma remuneração aos Militares das Forças Armadas conforme as regras do regime previdenciário próprio.

DESCRIÇÃO:

Pagamento de proventos, incluindo a aposentadoria mensal, gratificação natalina e eventuais despesas anteriores, aos Militares inativos das Forças Armadas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 153, 156, 169, 100, 123.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.01 – 3190.03 – 3190.08 – 3190.09 – 3190.91 – 3190.92.

PRODUTO: pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei de Remuneração dos Militares.

■ 09.272.0089.0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES -
SERVIDORES CIVIS (OPERAÇÃO ESPECIAL)

FINALIDADE:

Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

DESCRIÇÃO:

Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100, 153, 156, 169.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.01 – 3190.03 – 3190.08 – 3190.09 – 3190.91 –
3190.92.

PRODUTO: pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei nº 8.112.

● PROGRAMA 0167 – BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL

OBJETIVO:

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro.

OBJETIVO SETORIAL:

Identificar, preservar e valorizar os patrimônios culturais brasileiros assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

GERENTE DO PROGRAMA: É do Ministério da Cultura.

ACÕES:

■ 05.391.0167.2521 – PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E CULTURAL (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Proporcionar a preservação de bens imóveis do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Comando da Aeronáutica.

DESCRIÇÃO:

Guarda e conservação de prédios, fortificações, museus e espaços culturais, objetivando a preservação da memória do patrimônio histórico e cultural militar.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do INCAER.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: bem preservado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Bens imóveis do patrimônio histórico e cultural no âmbito do Comando da Aeronáutica.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput art. 142 e art. 216, inciso II, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.391.0167.2630 – PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Preservar bens móveis integrados do patrimônio cultural por meio de ações de conservação preventiva, restauração e promoção, visando sua integridade, permanência e divulgação.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de equipamentos e materiais; realização de oficinas de conservação e restauro; pesquisas de procedimentos específicos para publicação de manuais técnicos; reciclagem técnica das equipes de laboratório; tratamento técnico, restauração, preservação. Identificação e classificação dos bens móveis e integrados do Patrimônio Cultural; microfilmagem e digitalização de acervos, registros e tratamento técnico de acervos bibliográficos e documentais; e registro e divulgação de informações.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do INCAER.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: bem preservado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Bens integrantes de acervos culturais tecnicamente tratados e preservados.

BASE LEGAL DA AÇÃO: art. 215 e 216 da Constituição Federal; Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991; Decreto nº 99.603, de 13 de outubro de 1990.

● **PROGRAMA 0464 – NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE**

OBJETIVO:

Desenvolver e utilizar tecnologias espaciais em benefício da sociedade brasileira e na solução de problemas nacionais.

OBJETIVO SETORIAL:

Incentivar a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Estratégicas.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica

GERENTE DO PROGRAMA: É do Ministério da Ciência e Tecnologia.

ACÕES:

■ 05.128.0464.2595 – CAPACITAÇÃO DE ESPECIALISTAS DO SETOR ESPACIAL (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Prover os meios necessários para a capacitação de servidores envolvidos em pesquisa e atividades de operação em lançamentos de engenhos na área espacial.

DESCRIÇÃO:

Manutenção de cursos e treinamentos para os servidores que atuam na área espacial, visando ao seu aprimoramento técnico, necessário ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e operação em lançamentos de engenhos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do IAE.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.33 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: servidor treinado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Servidor treinado por meio de cursos e operação de simulação e treinamento de atividades espaciais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio

de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.572.0464.4422 - FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias.

DESCRIÇÃO:

Execução de projetos de pesquisa básica e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em aeronaves, foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do CLBI.

FONTE DE RECURSOS: 100; 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.33 – 3390.30 – 3390.36 – 3390.37 – 3390.39 – 3391.47 – 449051 – 4490.52.

PRODUTO: Centro mantido.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.572.0464.4424 – FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Permitir que o Centro de Lançamento de Alcântara possa operar todos os seus sistemas e ainda ampliar o conhecimento tecnológico existente na área aeroespacial, de forma a permitir também a capacitação da indústria nacional para o desenvolvimento e produção de novos produtos e tecnologias. Manter e atualizar a infra-estrutura do Centro.

DESCRIÇÃO:

Execução de atividades relacionadas com o desenvolvimento de sistema, subsistemas e componentes, envolvendo a aplicação em infra-estrutura de apoio aos meios de suporte ao lançamento de foguetes de sondagem e foguetes lançadores de satélites. Complementação, ampliação, atualização e manutenção dos centros e laboratórios que compõem a infra-estrutura de apoio às atividades espaciais.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do CLA.

FONTE DE RECURSOS: 100; 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 - 3390.30 – 3390.33 – 3390.36 – 3390.37 - 3390.39 – 3391.47 – 449051 – 449052.

PRODUTO: Centro mantido.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142 , Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

● PROGRAMA 0496 - INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

OBJETIVO:

Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região.

OBJETIVO SETORIAL:

Produzir informações sobre a região amazônica.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: É da Casa Civil da Presidência da República.

ACÕES:

■ 05.151.0496.4322 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - SIVAM (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro na região Amazônica.

DESCRIÇÃO:

Manutenção e suprimento de equipamento, de sistemas especializados e instalações, necessárias à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo da região amazônica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Vice-Diretor do DECEA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.37 -3390.39 – 3391.47 –
4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: Sistema Mantido.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Manutenção e funcionamento ininterrupto de equipamentos/sistemas (detecção radar, telecomunicações, meteorologia, tratamento e visualização de dados e imagens), órgãos técnicos (sítios de detecção radar e de telecomunicações) e operacionais (centro de controle de área, centro meteorológico de vigilância e centro de telecomunicações aeronáuticas), localizados na Região Amazônica brasileira.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, Art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004; Decreto 70.627/72, de 22 de novembro de 1993 (criação da Comissão para Coordenação do Projeto de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM) com base na Exposição de Motivos nº 194, de 21 de outubro de 1990, dos Ministros da Aeronáutica, da Justiça e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência

● PROGRAMA 0621 – PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA

OBJETIVO:

Preparar a Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua missão constitucional de defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer desses, da lei e da ordem.

OBJETIVO SETORIAL:

Reaparelhar e manter adestradas as Forças Armadas para efetivo emprego.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: Vice-Chefe do Estado-Maior da
Aeronáutica

ACÕES:**■ 05.151.0621.2048 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO (ATIVIDADE)****FINALIDADE:**

Possibilitar a manutenção e o suprimento da frota de aeronaves.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de equipamentos, suprimentos e materiais para apoio e manutenção de aeronaves, contratação de serviços de manutenção, armazenagem, embalagem e transporte de material aeronáutico e aeronaves, bem como a aquisição de publicações técnicas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: aeronave disponibilizada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Quantidade de aeronaves disponíveis para serem empregadas no adestramento e nas operações militares da Aeronáutica.

ORIENTAÇÃO: A solicitação dos recursos referentes a esta ação é atribuição exclusiva da DIRMAB. As unidades interessadas deverão informar suas necessidades à DIRMAB.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2755 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE CAMPO DE PROVAS E ESTANDES DE TIRO DE AVIAÇÃO (ATIVIDADE)**FINALIDADE:**

Prover a operação e a manutenção dos estandes de tiro e campo de provas, incluindo materiais, serviços, equipamentos e logística associada. Estas instalações possuem infra-estrutura adequada e segurança, o que permite o adestramento das tripulações das aeronaves e dos combatentes das unidades terrestres no emprego do armamento necessário ao cumprimento da destinação constitucional da Aeronáutica. Este treinamento aumenta sensivelmente a eficácia operacional do Comando da Aeronáutica previsto em legislação, visando uniformizar a tropa e padronizar o seu uso.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e logística associada para a operação e manutenção dos estandes de tiro e campos de provas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do Estado-Maior do COMGAR.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: Unidade mantida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Quantidade de Estandes de tiro e de Campos de Provas que recebem os materiais e os serviços providos por esta ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, Art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2756 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCÊNDIO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir às organizações militares da Aeronáutica níveis adequados de segurança, de prevenção e de meios para o combate a incêndios.

DESCRIÇÃO:

Aquisição, manutenção e conservação de materiais e equipamentos específicos para prevenção, proteção e combate a incêndios, bem como o adestramento de pessoal para a execução da atividade.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRENG.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte 250.120.389), 281.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: organização militar mantida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Quantidade de Organizações Militares da Aeronáutica que recebem os materiais e os serviços providos por esta ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2757 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE SIMULADORES (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Prover apoio logístico em materiais e serviços de manutenção às Unidades Militares que operem simuladores e equipamentos associados.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de material de consumo e de equipamentos e contratação e execução de serviços para a manutenção preventiva e corretiva dos simuladores e dos equipamentos acessórios. É realizado planejamento prévio, baseado em estudos e séries históricas, por solicitação do Estado Maior da Aeronáutica. A sistemática de organização adotada baseia-se em um banco de metas decenal constituído por metas elaboradas por cada Comando Geral / Departamento. Implementa-se por meio da priorização das metas constantes do banco de metas decenal, que dá origem ao Plano de Metas decenal. A execução se dá pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIPG) do Comando da Aeronáutica, em fase de implantação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: simulador mantido.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Quantidade de simuladores que são atendidos com os materiais e os serviços providos por esta ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.306.0621.2864 – ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Prover a alimentação das Forças Armadas.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de gêneros, materiais, equipamentos, além da contratação de serviços necessários à manutenção das instalações, à estocagem, ao preparo e ao fornecimento de alimentação diária ao pessoal em atividade nas Forças Armadas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDAB da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: militar alimentado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Militar alimentado para cumprir com eficácia e eficiência a função inerente ao seu cargo.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.183.0621.2866 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir a segurança do Estado e da sociedade.

DESCRIÇÃO:

Provisão dos meios necessários à realização de atividades de caráter sigiloso.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do CIAER.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 - 3390.30 – 3390.33 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: não é necessário.

UNIDADE DE MEDIDA: não é necessário.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

■ 05.153.0621.2868 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - AVIAÇÃO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Assegurar a adequada manutenção e o suprimento de combustíveis e lubrificantes para as organizações militares.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de combustíveis e lubrificantes, tambores descartáveis para esses combustíveis e tanques flexíveis, bem como a manutenção dos equipamentos e instalações em condições ideais de guarda e armazenamento.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: combustível adquirido.

UNIDADE DE MEDIDA: m³

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

ORIENTAÇÃO: Para os combustíveis e lubrificantes de aviação a atribuição é do COMGAP (DIRMAB). As unidades interessadas, incluindo CAB-Washington e CAB-Europa, deverão apresentar suas necessidades à DIRMAB.

Na justificativa da proposta orçamentária deverão ser explicitadas a metragem cúbica de combustível e lubrificante e o preço unitário.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2890 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL BÉLICO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Permitir que os diversos tipos de material de emprego militar estejam em condições de serem empregados pelas Organizações Militares, com segurança e funcionalidade ideais.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de itens de suprimento e peças de reposição e contratação de serviços necessários à manutenção do material de emprego militar - viaturas e reboques, material de engenharia, armamento e instrumentos de observação, direção e controle de tiro - incluindo o treinamento de pessoal, inerente à execução das atividades de manutenção acima descritas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: Manutenção realizada.

UNIDADE DE MEDIDA: milhar.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2895 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE SAÚDE (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir a manutenção e o suprimento de materiais e equipamentos necessários ao atendimento médico-hospitalar, voltados à operacionalidade das Forças Armadas.

DESCRIÇÃO:

Suprimento, estocagem, distribuição e manutenção de materiais e equipamentos médicos necessários à prestação de assistência à saúde, voltados à operacionalidade das Forças Armadas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SARAM da DIRSA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: organização militar mantida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

ORIENTAÇÃO: As UG deverão apresentar suas necessidades à DIRSA para atender despesas com a aquisição de material de laboratório, gás, medicamentos, material médico-hospitalar, material fotográfico para Raios X, material químico, suprimento e manutenção de aparelhos médico-hospitalares e material técnico.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2896 – TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Manter e suprir as áreas administrativa e operacional de transporte logístico de superfície, nas missões em que haja necessidade do uso de viaturas.

DESCRIÇÃO:

Continuidade das atividades de deslocamento de cargas e pessoas em atividades atinentes às áreas administrativa e operacional.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do DARJ.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: carga transportada.

UNIDADE DE MEDIDA: TKU – Tonelada por Quilômetro Útil.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.2916 – INSTRUÇÃO E. ADESTRAMENTO DA
AERONÁUTICA (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Capacitar técnica e operacionalmente os militares da Aeronáutica, visando a garantir altos padrões de operacionalidade da Força Aérea Brasileira.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de materiais, serviços, equipamentos e afins necessários à capacitação física e técnico-profissional de todo o efetivo da Força Aérea, contratação de especialistas em áreas de interesse, bem como o aparato de apoio à plena proficiência desta Ação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe da 1SC do EMAER.

FONTE DE RECURSOS: 100, 250, 280.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.33 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: militar adestrado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Militares da Aeronáutica preparados física, técnico-profissional e intelectualmente para os desempenhos de suas atribuições constitucionais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0621.8973 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE FARDAMENTO E MATERIAL DE INTENDÊNCIA (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Prover as organizações militares com materiais, serviços, equipamentos e logística associada à área de intendência.

DESCRIÇÃO:

Aquisição, estocagem, distribuição e manutenção de equipamentos e materiais, bem como contratação de serviços, para suprir as organizações militares com o material de intendência necessário ao seu funcionamento.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) – FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDAB da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100, 630 (250.120.630).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52 – 4590.62.

PRODUTO: organização militar mantida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

ORIENTAÇÃO: As UG deverão apresentar suas necessidades à SDAB no que concerne a material de intendência. As que possuam UCI deverão informar as suas necessidades destacando a finalidade do material.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.

● PROGRAMA 0623 – SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**OBJETIVO:**

Proporcionar circulação segura e eficiente ao tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

OBJETIVO SETORIAL:

Aprimorar a vigilância, o controle e a defesa do território nacional e das águas jurisdicionais brasileiras.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: Vice-Diretor do DECEA.

ACÕES:

- ▲ 05.151.0623.118T – ADEQUAÇÃO TECNOLÓGICA DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB (**PROJETO**)

FINALIDADE:

Despesas com o Programa de Aceleração do Crescimento e Projeto Piloto de Investimentos – PAC e PPI.

DESCRIÇÃO:

Sem definição.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Presidente da CISCEA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.30 – 4490.39 – 4490.51 – 4490.52 – 4590.61.

PRODUTO: sistema modernizado.

UNIDADE DE MEDIDA: percentual (%) de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Sistema de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97/99; Lei 7.565/86; Lei nº 10.683/03; Decreto nº 5.196/04; e Decreto 5.201, de 02 de setembro de 2004.

- 05.151.0623.2913 – INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS (**ATIVIDADE**)

FINALIDADE:

Promover a prevenção de acidentes aeronáuticos e investigação, preservando os recursos humanos e materiais, visando ao progresso da Aviação Brasileira.

DESCRIÇÃO:

Realização de atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos, tais como a formação de recursos humanos, seminários, palestras e acompanhamento dos programas de prevenção de acidentes aeronáuticos em todas as organizações militares e empresas aéreas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do CENIPA.

FONTE DE RECURSOS: 250 (250.120.377).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 - 3390.15 - 3390.30 – 3390.32 – 3390.33–
3390.39 – 4490.51 - 4490.52.

PRODUTO: ação realizada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Elaboração de relatórios finais de investigação de incidentes e acidentes aeronáuticos, e realização de ações de prevenção.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 69.565, de 19 de novembro de 1971, reformulado pelo Decreto nº 87.249, de 7 de junho de 1982.

■ 05.151.0623.2923 – OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir o controle e a vigilância do espaço aéreo brasileiro.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de suprimentos, softwares, equipamentos, periféricos, contratação de profissionais e/ou empresas necessários à operação e manutenção de equipamentos, dos auxílios, dos sistemas e das instalações vinculados ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB, tais como: auxílios à navegação aérea, suporte à navegação e rota, à aproximação para pouso e ao pouso e decolagem de aeronaves; serviços de informações aeronáuticas; meteorologia aeronáutica; vigilância e controle radar do espaço aéreo brasileiro; telecomunicações do Comando da Aeronáutica; manutenção das instalações prediais e de infra-estrutura; conservação de bens imóveis; serviços de transporte; serviços administrativos gerais; assessoria técnica especializada; manutenção de aeronaves que cumprem missões em benefício do programa; elaboração, atualização e distribuição periódica de cartas de navegação aeronáutica; operação e manutenção de Sistemas e Instalações de Busca e Salvamento; formação, pós-formação e atualização de recursos humanos; e demais serviços e materiais imprescindíveis ao funcionamento da presente ação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do SDAD/DECEA.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.370, 372 e 388).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.31 – 3390.33 –
3390.35 – 3390.36 – 3390.37 – 3390.39 – 3391.39 –
3391.47 – 4490.30 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: sistema mantido.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Funcionamento dos Sistemas de Vigilância, de Telecomunicações, de Busca e Salvamento, de Informações Aeronáuticas e de Cartografia Aeronáutica operando com regularidade – durante 24 h.

ORIENTAÇÃO: Os órgãos de proteção ao voo deverão apresentar ao DECEA as suas necessidades para atendimento sistêmico.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0623.3133 – DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO - SISCEAB (PROJETO)

FINALIDADE:

Possibilitar os meios necessários ao aprimoramento da infra-estrutura de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo, visando à circulação segura e eficiente do tráfego aéreo no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

DESCRIÇÃO:

Implementação de órgãos técnicos e operacionais, equipamentos e sistemas de vigilância do espaço aéreo, de comunicação, de meteorologia, de informações aeronáuticas, de busca e salvamento e de auxílios à navegação aérea, incluindo o fornecimento dos meios de apoio ao pessoal engajado no controle do espaço aéreo, em consonância com o Plano de Desenvolvimento do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (PDSCEA).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Presidente da CISCEA.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.371).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.39 – 3391.47 –
4490.30 – 4490.39 – 4490.51 – 4490.52 – 4590.61.

PRODUTO: sistema desenvolvido.

UNIDADE DE MEDIDA: percentual (%) de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Sistema de apoio à navegação aérea e às atividades de controle do espaço aéreo.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97/99; Lei 7.565/86; Lei nº 10.683/03; Decreto nº 5.196/04; e Decreto 5.201, de 02 de setembro de 2004.

● PROGRAMA 0627 – TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL**OBJETIVO:**

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira.

OBJETIVO SETORIAL:

Contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico para a defesa nacional.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: Diretor do DCTA.

ACÕES:

- ▲ 05.151.0627.123B – DESENVOLVIMENTO DE CARGEIRO TÁTICO MILITAR DE 10 A 20 TONELADAS (PROJETO KC-X)

FINALIDADE:

Promover a capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial brasileira, e aumentar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira em missões de transporte (tropa e carga) e de reabastecimento de vôo, pelo desenvolvimento das aeronaves KC-X.

DESCRIÇÃO:

Viabilizar o desenvolvimento de um Cargueiro Tático de 10 a 20 toneladas, bem como sua versão de reabastecedor aéreo (Projeto KC-X), a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira, bem como, na sua versão civil, atender a necessidade de transporte de carga das empresas aéreas comerciais nacionais, e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) na reformulação da Rede Postal Noturna (RPN).

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDE da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.39

PRODUTO: Aeronave desenvolvida.

UNIDADE DE MEDIDA: % de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO:

- ▲ 05.572.0627.125G – DESENVOLVIMENTO DO TURBOÉLICE TH 1000

FINALIDADE:

Aguardando o cadastro da finalidade junto ao MP.

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cadastro da descrição junto ao MP.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDE da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.39

PRODUTO: Turboélice desenvolvido.

UNIDADE DE MEDIDA: % de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO:

■ 05.128.0627.2884 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM
CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Reciclar e atualizar os conhecimentos dos recursos humanos do Centro Técnico Aeroespacial – CTA, do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno – CLBI e do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA.

DESCRIÇÃO:

Realização de cursos de reciclagem e atualização técnica, bem como visita técnica de especialistas brasileiros e estrangeiros com vistas ao desenvolvimento tecnológico no País e no exterior.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDE da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.18 – 3390.30 – 3390.33 –
3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: Profissional capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Profissional do CTA capacitado em uma das áreas de interesse vinculada à Tecnologia Espacial.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004.

■ 05.662.0627.2899 – SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Contribuir para o desenvolvimento do complexo industrial aeroespacial brasileiro.

DESCRIÇÃO:

Fomento e coordenação do complexo industrial aeroespacial brasileiro, abrangendo as empresas das áreas aeronáutica, espacial e de defesa, por meio de: transferência de tecnologias desenvolvidas nas Organizações Militares do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA; prestação de serviços tecnológicos especializados; certificação de produtos aeroespaciais e de infra-estrutura aeroportuária; certificação de sistemas de gestão da qualidade, normalização e manutenção do sistema de metrologia aeroespacial e qualificação técnica de recursos humanos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do IFI.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: serviço prestado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Acordos de compensação; análises e pareceres técnicos de empresas do setor aeronáutico espacial e de defesa de uso aeronáutico; catálogo de empresas do Setor Aeroespacial – CESAER; registro de propriedade intelectual dos projetos desenvolvidos pelas Organizações do COMAER; processos finalizados de transferência de tecnologia; empresas analisadas com a finalidade de compor a relação de beneficiários de redução do ICMS; sistemas de gestão da qualidade em empresas que pretendam executar projeto, desenvolvimento ou produção e/ou manutenção de produtos de defesa certificados, auditorias em sistemas de gestão da qualidade em empresas do escopo aeroespacial realizadas; ensaios não destrutivos realizados; produtos aeroespaciais (exceto produtos relacionados à aviação civil) certificados; produtos de uso aeroespacial, de defesa e aeroportuários com qualidade verificada; dificuldades de serviço acompanhadas; auditorias no Sistema de Metrologia – SISMETRA realizadas; certificados de calibração emitidos – SISMETRA; normas técnicas de metrologia elaboradas; cursos ministrados e recursos humanos capacitados, treinados, qualificados e requalificados nas áreas técnicas correlatas.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.545.0627.4348 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA
METEOROLOGIA AEROESPACIAL (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Executar pesquisas e estudos meteorológicos no Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial - CTA, com aplicação na área espacial, visando aperfeiçoar os conhecimentos científicos sobre a atmosfera das regiões dos Centros de Lançamentos.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de equipamentos/materiais e contratação de serviços para investigar o comportamento dos principais parâmetros meteorológicos (vento, temperatura, precipitação, pressão, tempo presente, nebulosidade e unidade), observados nas regiões onde estão localizados os Centros de Lançamentos Brasileiros.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do IAE.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 - 3390.30 – 3390.33 - 3390.36 –
3390.39 – 3391.47 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: pesquisa realizada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Relatórios técnicos de pesquisa elaborados.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Art. 218, Constituição Federal; Portaria 435/96, Portaria MCT nº 17, de 19 de janeiro de 2000; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.151.0627.4404 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
AEROESPACIAL NO CENTRO TÉCNICO
AEROESPACIAL (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Ampliar e gerenciar o conhecimento adquirido por meio das pesquisas básicas e aplicadas e do desenvolvimento de tecnologias, bem como manter e adequar a infra-estrutura física dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial no campus de São José dos Campos.

DESCRIÇÃO:

Garantia do pleno funcionamento dos órgãos que promovem a pesquisa e o desenvolvimento no escopo aeroespacial, dando especial ênfase aos projetos e atividades de pesquisa suportados com recursos orçamentários, juntamente com a qualificação profissional dos técnicos nas áreas de ciência e tecnologia e da gestão em pesquisa e desenvolvimento, bem como a continuidade do fluxo financeiro aos projetos e atividades de pesquisa enquadrados no Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) FUNDO
AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDE da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 100; 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.35 – 3390.36– 3390.39 – 3391.47 –
4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: evento registrado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Evento de pesquisa e desenvolvimento registrado pode ser interpretado como: conhecimento adquirido por meio de projeto ou atividade de pesquisa em um intervalo não superior a dois anos, enquadrando-se os artigos científicos, laudos e relatórios técnicos, trabalhos de especialização e monografias para comprovação de titulação; desenvolvimento de um conceito, modelo idealizado em laboratório ou protótipo; disponibilização de demonstrador de conceito que responda a determinados ensaios de verificação; disponibilização de protótipo certificado; e geração de item pré-série com certificação compulsória e qualificação concluídas, pronto para ter tecnologia transferida para a indústria.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; inciso II do art. 14 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; e Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0627.5408 – DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS BÉLICOS E ASSOCIADOS (PROJETO)

FINALIDADE:

Desenvolver projetos na área de Defesa, a fim de dotar a Força Aérea Brasileira de equipamentos específicos às suas missões e diminuir a dependência externa brasileira em Sistemas de Defesa, ampliando, concomitantemente, a participação do Parque Industrial Nacional nestes projetos específicos.

DESCRIÇÃO:

Execução de pesquisas básicas e desenvolvimento de sistemas, subsistemas e componentes na área bélica de interesse das Forças Armadas e da Aeronáutica em particular.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDE da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.18 – 3390.20 – 3390.30 – 3390.35 – 3390.36 –
3390.39 – 3391.47 – 4490.30 - 4490.39 – 4490.51 –
4490.52.

PRODUTO: projeto desenvolvido.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Projeto desenvolvido com conhecimento adquirido e disponibilizado.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97/99; Lei nº 10.683/03; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004.

**● PROGRAMA 0631 – DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA
AEROPORTUÁRIA**

OBJETIVO:

Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de infraestrutura aeroportuária brasileira.

OBJETIVO SETORIAL:

Apoiar o Governo nas ações relacionadas ao desenvolvimento do país.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Promover a inclusão social e a redução das desigualdades.

GERENTE DO PROGRAMA: Presidente da INFRAERO.

AÇÕES:

▲ 05.781.0631.3119 – IMPLANTAÇÃO DE MÓDULOS DE COMBATE A INCÊNDIO (**PROJETO**)

FINALIDADE:

Implantar módulos operacionais de contra-incêndio para atendimento à infraestrutura dos aeroportos e aeródromos públicos civis e militares.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de veículos e equipamentos, construção de infra-estrutura de contra-incêndio necessários à operação de aeroportos e aeródromos, bem como implantação, reforma e adequação de redes de serviço de combate a incêndios em áreas aeroportuárias ou contíguas que afetem a plena operação dos mesmos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRENG.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.389) e 281(CONVÊNIO).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 - 4490.30 – 4490.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: módulo implantado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Carros e equipamentos de combate a incêndio, edificações e redes de serviço de combate a incêndio, para promover a segurança de aeroportos e aeródromos.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0631.5150 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL (PROJETO)

FINALIDADE:

Reforma, ampliação e construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem, sistemas de redes, hangares e edificações de apoio ao pleno funcionamento do aeródromo/aeroporto.

DESCRIÇÃO:

Contratação de serviços especializados de engenharia, elaboração de projetos, reforma e ampliação de pistas, pátios, táxis e instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem e sistemas de redes, dos aeródromos de interesse nacional, bem como reforma, ampliação e adequação dos setores relacionados ao serviço de remoção, atendimento de emergência e apoio médico-hospitalar dos aeródromos/aeroportos, com a segurança e defesa de áreas aeroportuárias, e demais edificações de apoio ao pleno funcionamento do aeródromo/aeroporto.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe da 4SC do EMAER.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.389).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.33 – 3390.39 -
4490.30 – 4490.39 - 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: aeroporto concluído.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Reforma, ampliação e construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem, sistemas de redes, hangares, e edificações de apoio ao pleno funcionamento do aeródromo/aeroporto.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0631.12CD – CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS E AERÓDROMOS DE INTERESSE NACIONAL (PROJETO)

FINALIDADE:

Construir aeroportos e aeródromos de interesse nacional, visando a atender as necessidades operacionais da Força Aérea Brasileira.

DESCRIÇÃO:

Contratação de serviços especializados de engenharia, elaboração de projetos de construção de pistas, pátios, táxis, instalações, sistemas de balizamento horizontal e luminoso, sistemas de drenagem e sistemas de redes dos aeroportos de interesse nacional.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe da 4SC do EMAER.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.389).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.33 – 3390.39 – 4490.30 – 4490.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: aeroporto construído.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Aeroportos/aeródromos construídos com pistas de pouso e decolagem, pista de táxi e ligação, pátios de estacionamento de aeronaves, hangares, instalações, sistemas de balizamento luminoso, drenagem, sistemas de rede e cerca patrimonial e demais edificações de apoio ao pleno funcionamento do aeroporto/aeródromo.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

● PROGRAMA 0632 – REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

OBJETIVO:

Reaparelhar e adequar a Força Aérea Brasileira com a finalidade de recuperar e manter a sua capacidade operacional e proporcionar os meios de apoio necessários ao cumprimento de sua destinação constitucional: "defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

OBJETIVO SETORIAL:

Reaparelhar e manter adestradas as Forças Armadas para efetivo emprego.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: Vice-Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

ACÕES:

■ 05.151.0632.123J – AQUISIÇÃO DE HELICÓPTEROS DE MÉDIO PORTE DE EMPREGO GERAL (PROJETO H-X BR)

FINALIDADE:

Aguardando o cadastro da finalidade junto ao MP.

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cadastro da descrição junto ao MP.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da COPAC/SDDP.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.52

PRODUTO: Aquisição de helicópteros de médio porte.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO:

▲ 05.151.0632.3108 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES (PROJETO)

FINALIDADE:

Adequar as instalações militares às novas necessidades em consonância com as atividades afetas ao Comando da Aeronáutica.

DESCRIÇÃO:

Elaboração de projetos e execução de obras de adaptação, reforma e modernização de prédios e demais instalações das organizações da Aeronáutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRENG.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.30 –
4490.39 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: instalação militar modernizada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Adequar as instalações existentes para as necessidades operacionais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.722.0632.3116 – MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E ELETRÔNICA (PROJETO)

FINALIDADE:

Modernizar equipamentos, permitindo maior eficiência operacional das comunicações.

DESCRIÇÃO:

Suprimento às aeronaves e aos órgãos ligados às operações militares da Aeronáutica de equipamentos de comunicação e eletrônica necessários ao seu desempenho operacional.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: equipamento modernizado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Equipamentos e sistemas de comunicação e eletrônica modernizados e operacionais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0632.3120 – CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES (PROJETO)

FINALIDADE:

Complementar as necessidades existentes de imóveis e instalações militares em consonância com as atividades afetas à Força Aérea Brasileira.

DESCRIÇÃO:

Elaboração e execução de projetos voltados para aquisição de imóveis militares e execução de obras em instalações da Força Aérea Brasileira.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRENG.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 - 4490.30 – 4490.39 – 4490.51 – 4490.52 – 4590.61.

PRODUTO: Instalação militar construída.

UNIDADE DE MEDIDA: metros quadrados.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Adequar as instalações existentes para as necessidades operacionais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0632.3123 – IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS BÉLICOS (PROJETO)

FINALIDADE:

Dotar a FAB com sistemas bélicos, visando ao desempenho de sua missão operacional.

DESCRIÇÃO:

Aquisição, implantação e adequação de novos sistemas bélicos necessários ao cumprimento da missão constitucional atribuída à Aeronáutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRMAB.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 - 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: sistema implantado.

UNIDADE DE MEDIDA: percentual (%) de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Desenvolvimento de sistemas bélicos para o desempenho da missão operacional da Força Aérea Brasileira.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0632.3128 – MODERNIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE AERONAVES (PROJETO)

FINALIDADE:

Manter e/ou ampliar a operacionalidade das aeronaves da Força Aérea Brasileira, por meio da revitalização ou modernização, visando a garantir os níveis adequados de prontidão operativa, de segurança das atividades aéreas e do nivelamento tecnológico da frota nacional em relação ao cenário internacional.

DESCRIÇÃO:

Manutenção e adequação tecnológica e operacional das aeronaves da Força Aérea Brasileira mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com as arenas de combate do presente.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDDP (COPAC) da DCTA.

FONTE DE RECURSOS: 100, 148 e 149.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: aeronave modernizada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Possibilitar que as aeronaves readquiram a sua capacidade operacional original ou se adequem às novas exigências tecno-aeroespacial da Aeronáutica.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004 Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

▲ 05.126.0632.5261 – IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TELEMÁTICA MILITAR (PROJETO)

FINALIDADE:

Suprir a Força Aérea Brasileira de meios necessários para armazenar, recuperar, manipular, transitar e exibir, de forma segura, as informações sobre forças, plataformas, armamentos, sensores, sistemas e dispositivos empregados nas operações militares; e meios necessários às ações ligadas à análise operacional do seu emprego e dos seus equipamentos e sistemas. Ambas as finalidades visam a acelerar o tempo de resposta, à melhoria do controle e da segurança e à instituição de conceitos, concepções, métodos, processos e procedimentos.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de suprimentos, “softwares”, equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e periféricos e, ainda, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento, o aperfeiçoamento de pessoal, o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos na área de telecomunicação e de informática, bem como, as normalizações e fiscalizações necessárias aos projetos em desenvolvimento e implantação.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do CGEGAR.- COMGAR

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: sistema implantado.

UNIDADE DE MEDIDA: percentual (%) de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Equipamentos ou “softwares” destinados a simular o emprego de aeronaves e sistemas operacionais.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 11 de setembro de 2004.

▲ 05.151.0632.7861 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS CORPORATIVOS (PROJETO)

FINALIDADE:

Prover o Comando da Aeronáutica com sistemas corporativos necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

DESCRIÇÃO:

Aquisição, desenvolvimento, implantação, correção evolutiva e desativação de sistemas de tecnologia da informação (TI) para as áreas operacional, logística, administrativa e de controle do espaço aéreo por intermédio de aquisição de suprimentos, “softwares”, equipamentos de Tecnologia de Informação (TI) e periféricos e, ainda, contratação de profissionais e/ou empresas para o treinamento, o aperfeiçoamento de pessoal, o desenvolvimento de pesquisas, sistemas e projetos na área de telecomunicação e de informática, bem como, as normalizações e fiscalizações necessárias aos projetos em desenvolvimento e implantação, da contratação de especialistas do setor, cursos, e demais serviços e materiais necessários ao atendimento das demandas existentes.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do SDTI do DECEA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: sistema implantado.

UNIDADE DE MEDIDA: Percentual (%) de execução física.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Prover o Comando da Aeronáutica com sistemas corporativos necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004; Acórdão nº 2159/2006-TCU - Plenário, de 22 de novembro de 2006.

■ 05.151.0632.8969 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Recuperar a capacidade operacional da Força Aérea Brasileira mediante renovação, atualização tecnológica e ampliação da frota, visando a garantir os níveis indispensáveis de prontidão operacional e segurança das atividades aéreas.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de aeronaves e da logística associada.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDDP (COPAC) do CTA.

FONTE DE RECURSOS: 100, 148 e 149.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.30 – 4490.39 – 4490.52.

PRODUTO: aeronave militar adquirida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Aeronaves com características militares para atender às necessidades da Aeronáutica relacionados a transporte, defesa aérea, busca e salvamento, treinamento primário e avançado, entre outros.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

■ 05.151.0632.8970 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE SUPERFÍCIE (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Suprir a Força Aérea Brasileira dos meios de transporte de superfície necessários ao exercício da atividade militar.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de viaturas para atendimento às diversas atividades e organizações militares.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) – FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor da DIRENG.

FONTE DE RECURSOS: 100, 250.

NATUREZA DA DESPESA: 4490.52.

PRODUTO: veículo adquirido.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Veículos de superfície destinados, entre outros, ao transporte logístico e de pessoal, desinterdição e limpeza de pista.

ORIENTAÇÃO: As unidades que necessitarem da utilização desta ação deverão apresentar suas solicitações à DIRENG, para priorização das necessidades.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.

● PROGRAMA 0637 – SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS

OBJETIVO:

Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, ativo e inativo, e a seus dependentes.

OBJETIVO SETORIAL:

Buscar o reconhecimento e a valorização do profissional envolvido na tarefa da Defesa Nacional.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: É do Ministério da Defesa.

ACÕES:

■ 05.302.0637.2059 – ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Garantir o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, em níveis satisfatórios.

DESCRIÇÃO:

Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e da inatividade, bem como aos seus dependentes e pensionistas, prestados nas organizações integrantes do serviço de Saúde da Força, incluindo a obtenção de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SARAM da DIRSA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 3390.93 – 4490.52.

PRODUTO: Pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97/99; Lei nº 9.649/98; Medida Provisória nº 2.216-37/01; Decreto nº 3.466/00; Lei nº 6.880/80, art. 50; Decreto nº 92.512/86; Decreto nº 1.133/94 e Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004.

■ 05.302.0637.2887 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Proporcionar o atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como a seus dependentes e pensionistas, pertencentes ao Fundo de Saúde em níveis satisfatórios.

DESCRIÇÃO:

Atendimento médico-hospitalar aos militares da ativa e aos inativos, bem como aos seus dependentes e pensionistas, pertencentes ao Fundo de Saúde, prestados nas organizações integrantes do Serviço de Saúde da Força, incluindo a aquisição de materiais, serviços e equipamentos necessários à adequada operação do serviço e, também, atendimento prestado em organizações civis de saúde e por profissionais de saúde autônomos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SARAM/DIRSA.

FONTE DE RECURSOS: 250 (Fonte: 250.120.350 e 550).

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.36 – 3390.37 – 3390.39 – 3390.93 – 3391.47 – 4490.51 – 4490.52.

PRODUTO: paciente atendido.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986 e Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004.

● PROGRAMA 0640 – ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA

OBJETIVO:

Formar e educar continuamente os recursos humanos, a fim de prover profissionais habilitados para atender às necessidades do Comando da Aeronáutica.

OBJETIVO SETORIAL:

Contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico para a defesa nacional.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana.

GERENTE DO PROGRAMA: Vice-Diretor do DEPEND.

AÇÕES:

■ 05.128.0640.2055 – CURSOS DE ALTOS ESTUDOS E DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Desenvolver habilidades e competências em Oficiais das Forças Armadas e civis para o desempenho de atividades na alta administração militar.

DESCRIÇÃO:

Promoção, dentro da política de educação continuada, da habilitação de profissionais para o exercício de funções de estado-maior, cargos de comando, direção e chefia e de assessoramento da alta administração militar.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Comandante da ECEMAR.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.31 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Alunos matriculados nos cursos pertinentes à ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

■ 05.364.0640.2507 – CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Desenvolver habilidades e competências em Oficiais das Forças Armadas e Civis para o desempenho de atividades de pesquisa, produção e desenvolvimento de projetos e de conhecimentos de interesse militar.

DESCRIÇÃO:

Realização de cursos de pós-graduação nas diversas áreas de ensino relacionadas ao desenvolvimento de estudos, projetos e atividades de interesse militar.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Reitor do ITA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.14 – 3390.15 – 3390.30 – 3390.31 – 3390.33 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 5.201, de 02 de setembro de 2004.

■ 05.128.0640.2509 – ENSINO PREPARATÓRIO PARA FORMAÇÃO DE OFICIAIS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Preparar os Recursos Humanos para o ingresso na Academia responsável pela formação de oficiais, no âmbito de cada Força.

DESCRIÇÃO:

Realização de cursos para formação básica militar e intelectual de Recursos Humanos, com destino à Academia responsável pela formação de oficiais, no âmbito de cada Força.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Comandante da EPCAR.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.31 – 3390.32 – 3390.35 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Alunos matriculados nos cursos pertinentes à ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.364.0640.2685 – CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Formar Engenheiros nas áreas de interesse dos Comandos Militares.

DESCRIÇÃO:

Realização de cursos voltados ao ensino de engenharia de interesse militar.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Reitor do ITA.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.31 – 3390.32 – 3390.35 – 3390.36 –
3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Alunos matriculados nos cursos pertinentes à ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.128.0640.2915 – FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE CABOS E
SOLDADOS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Formar e especializar cabos e soldados para o desempenho de atividades operacionais, técnicas, administrativas e de segurança e defesa dos diversos segmentos da Aeronáutica.

DESCRIÇÃO:

Realização de Cursos de Formação e de Especialização de cabos e soldados nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe de Divisão de Ensino do DEPENDS.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.31 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 –
4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Alunos matriculados nos cursos pertinentes à ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.128.0640.2B25 – FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E
ESPECIALIZAÇÃO DE OFICIAIS E CIVIS
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Formar, aperfeiçoar e especializar Oficiais e Civis de nível superior para o desempenho de atividades operacionais e administrativas de liderança, comando, assessoramento, gerenciamento, chefia e direção dos diversos segmentos da Aeronáutica.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de bens e serviços para a realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de profissionais de nível superior, nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe de Divisão de Ensino do DEPEND.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.31 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 –
4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Alunos capacitados nos cursos pertinente à ação.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

■ 05.128.0640.2B26 – FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E
ESPECIALIZAÇÃO DE SARGENTOS E CIVIS
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Formar, aperfeiçoar e especializar Sargentos e Civis de nível médio para o desempenho de atividades operacionais, técnicas e administrativas dos diversos segmentos da Aeronáutica.

DESCRIÇÃO:

Aquisição de bens e serviços para a realização de cursos voltados à formação, ao aperfeiçoamento de profissionais de nível médio, nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Comandante da EEAR.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.31 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 –
4490.52.

PRODUTO: aluno capacitado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Sargentos e Civis Formados e Capacitados.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004.

● PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO.

OBJETIVO:

Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

OBJETIVO SETORIAL:

Não Definido.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Não Definido.

GERENTE DO PROGRAMA: Não há Gerente do Programa.

ACÕES:

■ 05.846.0750.0A07 – CONCESSÃO DE BOLSA - EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS DEPENDENTES DAS VÍTIMAS DO ACIDENTE DE ALCÂNTARA (**OPERAÇÃO ESPECIAL**).

FINALIDADE:

Garantir a educação dos dependentes diretos das vítimas do acidente de Alcântara até que os mesmos completem 24 anos.

DESCRIÇÃO:

Pagamento mensal de bolsa-educação especial aos dependentes diretos das vítimas do acidente de Alcântara até que os mesmos completem 24 anos.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe do GIA-SJ.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.18.

PRODUTO: Não existe.

UNIDADE DE MEDIDA: Não existe.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei nº 10.821 de 18/12/2003 e Portaria nº 37/MD, de 19/01/2004.

■ 05.122.0750.2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

DESCRIÇÃO:

A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido, se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111), FUNDO
AERONÁUTICO (52911) CAIXA DE
FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA
AERONÁUTICA (52211)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe da 5SC do EMAER.

FONTE DE RECURSOS: 100, 250, 280 e 281.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.04 – 3190.08 – 3190.11 – 3191.13 – 3190.16 –
3190.91 – 3190.92 – 3390.14 – 3390.15 – 3390.18 –
3390.30 – 3390.31 – 3390.32 – 3390.33 – 3390.35 –
3390.36 – 3390.37 – 3390.39 – 3391.47 – 3390.93 –
4490.51 – 4490.52 – 4590.61.

NATUREZA DA DESPESA PARA USO EXCLUSIVO DA CFIAE: 3390.08 –
3390.46 – 3390.49 – 3391.39.

PRODUTO: não é necessário.

UNIDADE DE MEDIDA: não é necessário.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

ORIENTAÇÃO: As unidades onde houver previsão de aumento de efetivo, atribuições ou instalações, que influenciem diretamente nas despesas descritas acima, e se essas despesas não estiverem a cargo de nenhuma outra ação finalística, deverão apresentar suas necessidades ao Órgão de Direção Setorial, em até 15 dias antes do término do lançamento da Proposta Orçamentária, sendo que fora desse período deverão ser encaminhadas ao EMAER, via cadeia de comando.

BASE LEGAL DA AÇÃO:

■ 05.xx.0750.20CW – ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E
EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS

FINALIDADE:

Aguardando o cadastro da finalidade junto ao MP.

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cadastro da descrição junto ao MP.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: .

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: .

PRODUTO: Servidor beneficiado.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: .

■ 05.301.0750.2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS
SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES
(ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

DESCRIÇÃO:

Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDEE/DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.39.

PRODUTO: pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Inciso VII do Artigo 12 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010).

■ 05.365.0750.2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.

DESCRIÇÃO:

Concessão dos benefícios de assistência pré-escolar pagos diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto nº 977/93.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDEE da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.08 – 3390.30 – 3390.39.

PRODUTO: criança atendida.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Art. 3º, Decreto Nº 977, de 10 Nov. 1993 e; Inciso VII do Artigo 12 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010).

■ 05.331.0750.2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Efetivar o pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

DESCRIÇÃO:

Pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDEE da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.49.

PRODUTO: servidor beneficiado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei Nº 7.418 de 1985 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001; Inciso VII do Artigo 12 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010).

■ 05.306.0750.2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

DESCRIÇÃO:

Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDEE/DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.46.

PRODUTO: servidor beneficiado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei nº 9.527/97; Inciso VII do Artigo 12 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO 2010).

■ 05.122.0750.2867 – REMUNERAÇÃO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS (ATIVIDADE)

FINALIDADE:

Assegurar aos serviços militares ativos a remuneração e o recolhimento dos encargos sociais correspondentes.

DESCRIÇÃO:

Pagamento de pessoal militar ativo.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.08 – 3190.12 – 3190.17 – 3190.91 – 3190.92.

PRODUTO: Militar remunerado.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO:

■ 05.122.0750.09**HB** - CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS (**OPERAÇÃO ESPECIAL**)

FINALIDADE:

Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

DESCRIÇÃO:

Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111) CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA (52211)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.13.

PRODUTO: não é necessário.

UNIDADE DE MEDIDA: não é necessário.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: art. 8º da Lei 10.887, de 18 de junho de 2004.

OBJETIVO:

Promover o acesso da população a medicamentos e aos insumos estratégicos.

OBJETIVO SETORIAL:

Ampliar o acesso da população aos serviços de que necessita e promover a qualidade e a humanização na atenção à saúde.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Promover o acesso com qualidade a serviços e benefícios sociais, sob a perspectiva da universalidade e da equidade, assegurando-se seu caráter democrático e descentralizado.

GERENTE DO PROGRAMA: É do Ministério da Saúde.

ACÕES:

■ 05.303.1293.2522 – PRODUÇÃO DE FÁRMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS (**ATIVIDADE**)

FINALIDADE:

Suprir a demanda de fármacos, medicamentos e fitoterápicos, além de possibilitar a regulação de preço e qualidade dos produtos. Visa a utilização desses produtos nos programas governamentais de assistência farmacêutica.

DESCRIÇÃO:

Produção e aquisição, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos para os programas governamentais de assistência a farmacêutica.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO AERONÁUTICO (52911)

COORDENADOR DA AÇÃO: Diretor do LAQFA.

FONTE DE RECURSOS: 250.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.32 – 3390.36 – 3390.39 – 3391.47 – 4490.52.

PRODUTO: unidade farmacêutica produzida.

UNIDADE DE MEDIDA: milhar.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: CF/88, Título VIII, Capítulo II, Seção II.

● **PROGRAMA 1383 – ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE**

OBJETIVO:

Apoiar as ações governamentais de caráter cívico-sociais, de infraestrutura, e de meio ambiente, disponibilizando os meios do

Ministério da Defesa e das Forças Armadas, para a superação das dificuldades do país.

OBJETIVO SETORIAL:

Não definido.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do Território Nacional.

GERENTE DO PROGRAMA: .

ACÕES:

▲ 05.xx.1383.132T – ASSISTÊNCIA ÀS COMUNIDADES INDÍGENAS ISOLADAS EM REGIÕES DA FRONTEIRA NORTE

FINALIDADE:

Aguardando o cadastro da finalidade junto ao MP.

DESCRIÇÃO:

Aguardando o cadastro da descrição junto ao MP.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: TESOURO (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Chefe da 4SC do EMAER.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3390.30 – 3390.39 – 4490.52.

PRODUTO: Comunidade assistida.

UNIDADE DE MEDIDA: Unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: .

● PROGRAMA 1401 – DEFESA E REPARAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

OBJETIVO:

Ampliar a capacidade institucional de resposta a violações de direitos humanos, em especial às violações perpetradas por agentes do Estado, e possibilitar a reparação às vítimas de violação das obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de proteção dos direitos humanos.

OBJETIVO SETORIAL:

Proteger e promover os direitos humanos de grupos vulneráveis.

OBJETIVO DE GOVERNO PRINCIPAL:

Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos.

GERENTE DO PROGRAMA: a ser designado pelo MD

ACÕES:

■ 09.274.1401.0436 – INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS - MILITARES (**OPERAÇÃO ESPECIAL**)

FINALIDADE:

Promover a reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal assegurada aos anistiados políticos militares.

DESCRIÇÃO:

Reparação econômica àqueles que são declarados anistiados militares por motivação exclusivamente política. A reparação será concedida mediante portaria do Ministro de Estado da Justiça, após parecer favorável da Comissão de Anistia, que tem por finalidade examinar os requerimentos e assessorar o respectivo Ministro de Estado em suas atribuições.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP da DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.03.

PRODUTO: Pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO:

BASE LEGAL DA AÇÃO: Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

■ 09.274.1401.0C00 – PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES (**OPERAÇÃO ESPECIAL**)

FINALIDADE:

Promover o pagamento dos valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.

DESCRIÇÃO:

Pagamento, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006, aos anistiados políticos militares que firmarem Termo de Adesão para recebimento do valor correspondente aos efeitos retroativos da concessão de reparação econômica, fixada em virtude da declaração da condição de anistiado político de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: COMANDO DA AERONÁUTICA (52111)

COORDENADOR DA AÇÃO: Subdiretor da SDPP/DIRINT.

FONTE DE RECURSOS: 100.

NATUREZA DA DESPESA: 3190.92.

PRODUTO: Pessoa beneficiada.

UNIDADE DE MEDIDA: unidade.

ESPECIFICAÇÃO PRODUTO: Promover o pagamento dos valores devidos aos anistiados políticos de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006.

BASE LEGAL DA AÇÃO: Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006 e Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Anexo H

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DE DESPESAS POR FONTES

As Propostas de Despesa dos Recursos Próprios das UG arrecadadoras do Comando da Aeronáutica deverão ser preenchidas de acordo com as tabelas abaixo:

FUNDO AERONÁUTICO

FONTE	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL
250.120.320	A critério do EMAER
250.120.350	05.302.0637.2887
250.120.360	05.122.0750.2000 05.151.0632.3108
250.120.370	05.151.0623.2923
250.120.371	05.151.0623.3133
250.120.372	05.151.0623.2923
250.120.377	05.151.0623.2913
250.120.388	05.151.0623.2923
250.120.389	05.151.0621.2756 05.151.0631.3119 05.151.0631.12CD 05.151.0631.5150
250.120.510	05.122.0750.2000
250.120.520	05.122.0750.2000
250.120.550	05.302.0637.2887
250.120.560	05.122.0750.2000
250.120.610	05.122.0750.2000
250.120.620	05.122.0750.2000
250.120.630	05.151.0621.8973

Anexo I

UNIDADES GESTORAS – POR CÓDIGO DA UGR

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA	GABAER	GABAER
120002	SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	SEFA	SEFA * / GAP BR
120003	SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR6	COMAR6
120004	BASE AÉREA DE BRASÍLIA	BABR	BABR
120005	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	PABR	PABR
120006	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA	GAP BR	GAP BR
120007	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	PARF	COMAR2
120008	PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA1	CINDACTA1
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	CLA	CLA
120014	BASE AÉREA DE FORTALEZA	BAFZ	BAFZ
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	CLBI	CLBI
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GIA SJ	GIA SJ
120017	SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR2	COMAR2
120018	BASE AÉREA DE RECIFE	BARF	BARF
120019	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE	HARF	HARF
120020	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE RECIFE	PAMARF	PAMARF
120021	TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA3	CINDACTA3
120023	BASE AÉREA DE SALVADOR	BASV	BASV
120024	CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA	CIAAR	CIAAR
120025	ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR	EPCAR	EPCAR
120026	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA	PAMALS	PAMALS
120027	BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE	BACG	BACG
120028	TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR3	COMAR3
120029	BASE AÉREA DOS AFONSOS	BAAF	BAAF
120030	BASE AÉREA DO GALEÃO	BAGL	BAGL
120031	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ	BASC	BASC
120034	DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDENCIA	DCI	DCI
120035	DEPÓSITO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	DARJ	DARJ
120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	DECEA	DECEA
120038	DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO	DIRMAB	DIRMAB

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120039	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO	GAPRJ	GAPRJ
120040	HOSPITAL CENTRAL DA AERONÁUTICA	HCA	HCA
120041	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS	HAAF	HAAF
120042	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO	HFAG	HFAG
120043	LABORATORIO QUÍMICO E FARMACÊUTICO DA AERONÁUTICA	LAQFA	LAQFA
120044	PAGADORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA AERONÁUTICA	PIPAR	PIPAR * / GAPRJ
120045	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DO GALEÃO	PAGL	PAGL
120046	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS	PAMAAF	PAMAAF
120047	PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	PAMBRJ	PAMBRJ
120048	PARQUE DE MATERIAL ELETRÔNICO DA AERONÁUTICA	PAMERJ	PAMERJ
120049	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO	PAMAGL	PAMAGL
120050	SUBDIRETORIA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	SARAM	GAPRJ
120052	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	SDPP-PAÍS	SDPP-PAÍS * / GAP RJ
120053	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS	PAAF	PAAF
120054	UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA	UNIFA	UNIFA
120055	INSTITUTO DE CARTOGRAFIA DA AERONÁUTICA	ICA	DECEA
120057	CASA GERONTOLÓGICA DA AERONÁUTICA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	CGABEG	CGABEG
120058	DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA	DIRSA	GAPRJ
120059	QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR4	COMAR4
120060	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	AFA	AFA
120061	NÚCLEO DE BASE AÉREA DE SANTOS	NUBAST	COMAR4
120062	BASE AÉREA DE SÃO PAULO	BASP	BASP
120064	ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA	EEAR	EEAR
120065	FAZENDA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	FAYS	FAYS
120066	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	HASP	HASP
120067	INSTITUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	ICEA	ICEA
120068	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO	PAMASP	PAMASP
120069	SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO AO VÔO DE SÃO PAULO	SRPVSP	SRPVSP
120071	CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA	CELOG	CELOG
120072	SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA2	CINDACTA2
120073	BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS	BAFL	BAFL
120074	QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR5	COMAR5

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120075	BASE AÉREA DE CANOAS	BACO	BACO
120076	BASE AÉREA DE SANTA MARIA	BASM	BASM
120077	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE CANOAS	HACO	COMAR5
120080	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	BAAN	BAAN
120081	BASE AÉREA DE PORTO VELHO	BAPV	BAPV
120082	BASE AÉREA DE MANAUS	BAMN	BAMN
120083	SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR7	COMAR7
120085	BASE AÉREA DE BOA VISTA	BABV	BABV
120086	PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR1	COMAR1
120087	BASE AÉREA DE BELÉM	BABE	BABE
120088	COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA	COMARA	COMARA
120089	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE BELÉM	HABE	COMAR1
120090	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	CABW	CABW
120091	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	CABE	CABE
120093	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – EXTERIOR	SDPP-EXT	SDPP-EXT */ GAP RJ
120094	QUARTO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA4	CINDACTA4
120096	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE BRASÍLIA	HFAB	HFAB
120097	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	PASP	PASP
120099	DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA	DIRENG	GAP RJ
120100	SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO	SDAB	SDAB
120101	BASE AÉREA DE NATAL	BANT	BANT
120103	CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AER.	CECOMSAER	GABAER
120105	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	CCABR	GAPBR
120106	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	CENIPA	COMAR6
120107	COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS	COMGAR	COMAR6
120108	COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE	COPAC	GAPBR
120109	COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	CPO	GAPBR
120110	COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL (2)	CTA - 2	GIASJ
120111	ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	EMAER	GAPBR
120112	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	OABR	GAPBR
120113	CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA	CIAER	GAPBR
120115	COMANDO DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO	COMDABRA	COMAR6
120118	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	OARF	HARF

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120119	CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA	CGNA	DECEA
120120	SEGUNDA FORÇA AÉREA	FAE II	BAGL
120121	INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA	INCAER	COMAR3
120122	QUINTA FORÇA AÉREA	FAE V	BAAF
120124	COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS À NAVEGAÇÃO AÉREA INTERNACIONAL	CERNAI	DECEA
120126	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA	CENDOC	UNIFA
120127	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	CISCEA	DECEA
120128	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	CCARJ	DIRMAB
120129	CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL	CEMAL	CGABEG
120130	COMANDO-GERAL DE APOIO	COMGAP	PAMBRJ
120131	COMANDO-GERAL DO PESSOAL	COMGEP	GAPBR
120132	DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA	DEPENS	GAPBR
120133	DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA	DIRINT	GAPRJ
120134	INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA	IPA	GAPRJ
120135	SERVIÇO GERAL DE CORRESPONDÊNCIA E ARQUIVO DA AERONÁUTICA	SEGECAE	GAPRJ
120136	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL	DIRAP	GAPRJ
120137	COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA	CDA	UNIFA
120138	MUSEU AEROESPACIAL	MUSAL	UNIFA
120140	INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA	ITA	GIASJ
120141	INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO	IAE	GIASJ
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	IEAV	GIASJ
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL	IFI	GIASJ
120144	SUBDIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	SDIP	GAPRJ
120148	PRIMEIRA FORÇA AÉREA	FAE I	BANT
120149	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE NATAL	PANT	BANT
120150	CENTRO D COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CCASJ	GIASJ
120151	TERCEIRA FORÇA AÉREA	FAE III	COMAR6
120152	CAMPO DE PROVAS BRIGADEIRO VELOSO	CPBV	COMAR6
120153	INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA	ILA	BASP
120154	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE MANAUS	HAMN	COMAR7
120155	SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS	SDEE	GAPRJ
120156	COMISSÃO P/ COORDENAÇÃO DO PROJETO DO SIST. DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	CCSIVAM	DECEA
120157	ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	EAOAR	UNIFA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120158	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	ECEMAR	UNIFA
120159	CENTRO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DA AERONÁUTICA	CIEAR	UNIFA
120160	CENTRO DO CORREIO AÉREO NACIONAL	CECAN	DIRMAB
120161	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BELÉM	PABE	COMAR1
120162	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS DUMONT	OASD	COMAR3
120163	CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA	CECAT	BASP
120164	ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMAER	ASPAER	GABAER
120165	INSTITUTO DE FISIOLOGIA AEROESPACIAL	IFISAL	HAAF
120167	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA DA AERONÁUTICA	ICAF	UNIFA
120168	PRIMEIRO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA I	COMAR1
120169	SEGUNDO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA II	COMAR2
120170	TERCEIRO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA III	COMAR3
120171	QUARTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA IV	COMAR4
120172	QUINTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA V	COMAR5
120173	SEXTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VI	COMAR6
120174	SÉTIMO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VII	COMAR7
120224	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA EM LAGOA SANTA	CI CIAAR LS	CIAAR
120298	CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA	CPOR-SJ	GIASJ
120299	GRUPO ESPECIAL DE ENSAIOS EM VÔO	GEEV	GIASJ
120462	PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	1º GCC	DECEA
120502	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	PAYS	AFA
120512	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PASJ	GIASJ
120513	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS	PACO	COMAR5
120519	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE MANAUS	PAMN	COMAR7
123001	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	CFIAE	CFIAE

*UGE sistêmica.

Anexo J

UNIDADES GESTORAS – POR SIGLA DA UGR

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120462	PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE	1º GCC	DECEA
120060	ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	AFA	AFA
120164	ASSESSORIA PARLAMENTAR DO COMAER	ASPAER	GABAER
120029	BASE AÉREA DOS AFONSOS	BAAF	BAAF
120080	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS	BAAN	BAAN
120087	BASE AÉREA DE BELÉM	BABE	BABE
120004	BASE AÉREA DE BRASÍLIA	BABR	BABR
120085	BASE AÉREA DE BOA VISTA	BABV	BABV
120027	BASE AÉREA DE CAMPO GRANDE	BACG	BACG
120075	BASE AÉREA DE CANOAS	BACO	BACO
120073	BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS	BAFL	BAFL
120014	BASE AÉREA DE FORTALEZA	BAFZ	BAFZ
120030	BASE AÉREA DO GALEÃO	BAGL	BAGL
120082	BASE AÉREA DE MANAUS	BAMN	BAMN
120101	BASE AÉREA DE NATAL	BANT	BANT
120081	BASE AÉREA DE PORTO VELHO	BAPV	BAPV
120018	BASE AÉREA DE RECIFE	BARF	BARF
120031	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ	BASC	BASC
120076	BASE AÉREA DE SANTA MARIA	BASM	BASM
120062	BASE AÉREA DE SÃO PAULO	BASP	BASP
120023	BASE AÉREA DE SALVADOR	BASV	BASV
120091	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA NA EUROPA	CABE	CABE
120090	COMISSÃO AERONÁUTICA BRASILEIRA EM WASHINGTON	CABW	CABW
120105	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	CCABR	GAPBR
120128	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	CCARJ	DIRMAB
120150	CENTRO D COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	CCASJ	GIASJ
120156	COMISSÃO P/ COORDENAÇÃO DO PROJETO DO SIST. DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	CCSIVAM	DECEA
120137	COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA	CDA	UNIFA
120160	CENTRO DO CORREIO AÉREO NACIONAL	CECAN	DIRMAB
120163	CENTRO DE CATALOGAÇÃO DA AERONÁUTICA	CECAT	BASP
120103	CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA AER.	CECOMSAER	GABAER
120071	CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA	CELOG	CELOG

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120129	CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL	CEMAL	CGABEG
120126	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA	CENDOC	UNIFA
120106	CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	CENIPA	COMAR6
120124	COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS À NAVEGAÇÃO AÉREA INTERNACIONAL	CERNAI	DECEA
123001	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	CFIAE	CFIAE
120057	CASA GERONTOLÓGICA DA AERONÁUTICA BRIGADEIRO EDUARDO GOMES	CGABEG	CGABEG
120119	CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA	CGNA	DECEA
120024	CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA	CIAAR	CIAAR
120224	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA EM LAGOA SANTA	CI CIAAR LS	CIAAR
120113	CENTRO DE INTELIGÊNCIA DA AERONÁUTICA	CIAER	GAPBR
120159	CENTRO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DA AERONÁUTICA	CIEAR	UNIFA
120008	PRIMEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA1	CINDACTA1
120072	SEGUNDO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA2	CINDACTA2
120021	TERCEIRO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA3	CINDACTA3
120094	QUARTO CENTRO INTEGRADO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	CINDACTA4	CINDACTA4
120127	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	CISCEA	DECEA
120013	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA	CLA	CLA
120015	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO	CLBI	CLBI
120086	PRIMEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR1	COMAR1
120017	SEGUNDO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR2	COMAR2
120028	TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR3	COMAR3
120059	QUARTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR4	COMAR4
120074	QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR5	COMAR5
120003	SEXTO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR6	COMAR6
120083	SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL	COMAR7	COMAR7
120088	COMISSÃO DE AEROPORTOS DA REGIÃO AMAZÔNICA	COMARA	COMARA
120115	COMANDO DE DEFESA AEROESPACIAL BRASILEIRO	COMDABRA	COMAR6
120130	COMANDO-GERAL DE APOIO	COMGAP	PAMBRJ
120107	COMANDO-GERAL DE OPERAÇÕES AÉREAS	COMGAR	COMAR6

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120131	COMANDO-GERAL DO PESSOAL	COMGEP	GAPBR
120108	COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE	COPAC	GAPBR
120152	CAMPO DE PROVAS BRIGADEIRO VELOSO	CPBV	COMAR6
120109	COMISSÃO DE PROMOÇÕES DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	CPO	GAPBR
120298	CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA	CPOR-SJ	GIASJ
120110	COMANDO-GERAL DE TECNOLOGIA AEROESPACIAL (2)	CTA-2	GIASJ
120035	DEPÓSITO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	DARJ	DARJ
120034	DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDENCIA	DCI	DCI
120036	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	DECEA	DECEA
120132	DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA	DEPENS	GAPBR
120136	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL	DIRAP	GAPRJ
120099	DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA	DIRENG	GAPRJ
120133	DIRETORIA DE INTENDÊNCIA DA AERONÁUTICA	DIRINT	GAPRJ
120038	DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO	DIRMAB	DIRMAB
120058	DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA	DIRSA	GAPRJ
120157	ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA	EAOAR	UNIFA
120158	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	ECEMAR	UNIFA
120064	ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA	EEAR	EEAR
120111	ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	EMAER	GAP BR
120025	ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR	EPCAR	EPCAR
120148	PRIMEIRA FORÇA AÉREA	FAE I	BANT
120120	SEGUNDA FORÇA AÉREA	FAE II	BAGL
120151	TERCEIRA FORÇA AÉREA	FAE III	COMAR6
120122	QUINTA FORÇA AÉREA	FAE V	BAAF
120065	FAZENDA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	FAYS	FAYS
120001	GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA	GABAER	GABAER
120006	GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA	GAPBR	GAPBR
120039	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO	GAPRJ	GAPRJ
120299	GRUPO ESPECIAL DE ENSAIOS EM VÔO	GEEV	GIASJ
120016	GRUPAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	GIASJ	GIASJ
120041	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS	HA AF	HA AF
120089	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE BELÉM	HABE	COMAR1
120077	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE CANOAS	HACO	COMAR5
120154	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE MANAUS	HAMN	COMAR7
120019	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE	HARF	HARF

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120066	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	HASP	HASP
120040	HOSPITAL CENTRAL DA AERONÁUTICA	HCA	HCA
120096	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DE BRASÍLIA	HFAB	HFAB
120042	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO	HFAG	HFAG
120141	INSTITUTO DE AERONÁUTICA E ESPAÇO	IAE	GIA SJ
120055	INSTITUTO DE CARTOGRAFIA DA AERONÁUTICA	ICA	DECEA
120167	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ATIVIDADE FÍSICA DA AERONÁUTICA	ICAF	UNIFA
120067	INSTITUTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO	ICEA	ICEA
120142	INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS	IEAV	GIASJ
120143	INSTITUTO DE FOMENTO E COORDENAÇÃO INDUSTRIAL	IFI	GIASJ
120165	INSTITUTO DE FISIOLOGIA AEROESPACIAL	IFISAL	HAAF
120153	INSTITUTO DE LOGÍSTICA DA AERONÁUTICA	ILA	BASP
120121	INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA	INCAER	COMAR3
120134	INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA	IPA	GAPRJ
120140	INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONÁUTICA	ITA	GIASJ
120043	LABORATORIO QUÍMICO E FARMACÊUTICO DA AERONÁUTICA	LAQFA	LAQFA
120138	MUSEU AEROESPACIAL	MUSAL	UNIFA
120061	NÚCLEO DE BASE AÉREA DE SANTOS	NUBAST	COMAR4
120112	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	OABR	GAPBR
120118	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	OARF	HARF
120162	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS DUMONT	OASD	COMAR3
120053	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS	PAAF	PAAF
120161	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BELÉM	PABE	COMAR1
120005	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE BRASÍLIA	PABR	PABR
120513	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE CANOAS	PACO	COMAR5
120045	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DO GALEÃO	PAGL	PAGL
120519	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE MANAUS	PAMN	COMAR7
120512	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	PASJ	GIASJ
120502	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE PIRASSUNUNGA	PAYS	AFA
120046	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS	PAMAAF	PAMAAF
120049	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO	PAMAGL	PAMAGL
120026	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA	PAMALS	PAMALS
120020	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE RECIFE	PAMARF	PAMARF

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA/UGR	SIGLA/UGE
120068	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE SÃO PAULO	PAMASP	PAMASP
120047	PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO	PAMBRJ	PAMBRJ
120048	PARQUE DE MATERIAL ELETRÔNICO DA AERONÁUTICA	PAMERJ	PAMERJ
120149	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE NATAL	PANT	BANT
120007	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE RECIFE	PARF	COMAR2
120097	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO	PASP	PASP
120044	PAGADORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA AERONÁUTICA	PIPAR	PIPAR * GAP RJ
120050	SUBDIRETORIA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR	SARAM	GAP RJ
120100	SUBDIRETORIA DE ABASTECIMENTO	SDAB	SDAB
120155	SUBDIRETORIA DE ENCARGOS ESPECIAIS	SDEE	GAPRJ
120093	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL – EXTERIOR	SDPP-EXT	SDPP-EXT * / GAP RJ
120052	SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL	SDPP-PAÍS	SDPP-PAÍS * / GAP RJ
120144	SUBDIRETORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS	SDIP	SDIP
120002	SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA	SEFA	SEFA * / GAPBR
120135	SERVIÇO GERAL DE CORRESPONDÊNCIA E ARQUIVO DA AERONÁUTICA	SEGECAE	GAPRJ
120168	PRIMEIRO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA I	COMAR1
120169	SEGUNDO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA II	COMAR2
120170	TERCEIRO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA III	COMAR3
120171	QUARTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA IV	COMAR4
120172	QUINTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA V	COMAR5
120173	SEXTO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VI	COMAR6
120174	SÉTIMO SERVIÇO REG. DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS	SERIPA VII	COMAR7
120069	SERVIÇO REGIONAL DE PROTEÇÃO AO VÔO DE SÃO PAULO	SRPVSP	SRPVSP
120054	UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA	UNIFA	UNIFA

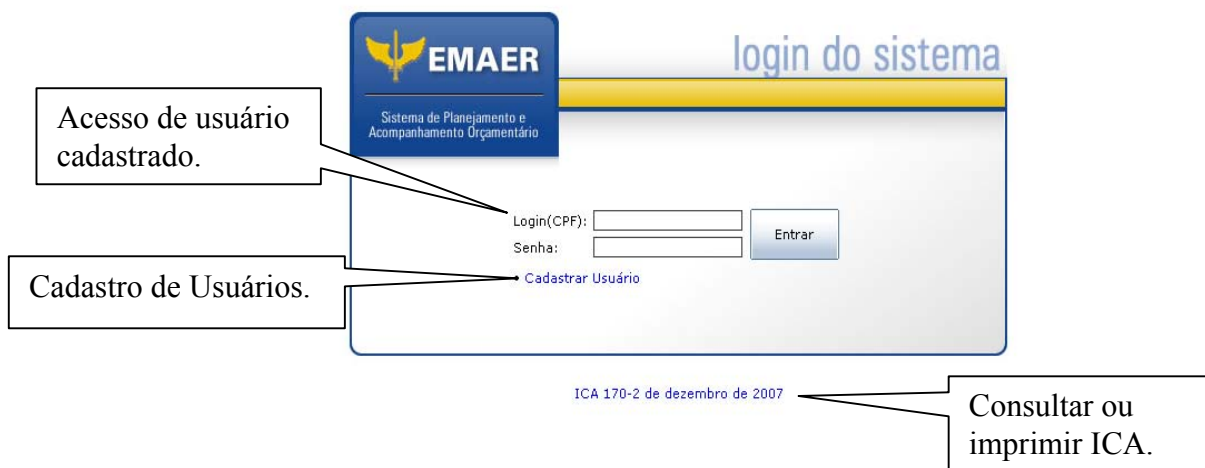
*UGE sistêmica.

Anexo K

ACESSO AO SIPLORC – PASSO A PASSO

1) Tela de Acesso (www.siplorc.intraer ou através do link existente na página www.emaer.intraer):

- acessar através do login (usando o CPF) e senha, para quem está cadastrado; e
- no caso de não estar cadastrado, acessar a opção “CADASTRO DE USUÁRIO”, que, após o cadastro, será liberado o acesso, pelo responsável em habilitar os usuários, de acordo com a(s) necessidade(s) registrada(s) no cadastro.



2) Área de Trabalho (no momento PROPOSTA): Acessar a opção “Proposta Orçamentária de Despesa”

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Quadro de Avisos

Mensagens: Recebidas

Data/Hora de Envio	Autor	Título
13/11/2008 07:24	Ana Caroline Balthazar Fonseca	CRIAÇÃO DE NOVO PLANO INTERNO
13/11/2008 07:21	Ana Caroline Balthazar Fonseca	ALTERAÇÃO DE PERFIL
06/11/2008 18:45	Marcelo Affonso Carvalho	Emissão de Relatórios (Dúvidas)
03/11/2008 15:19	Antonio José Carneiro Campos	Alterações na Ação 3116
	FI TANA TRFESA	RF: RF: Ação 2685 - Curso de Graduação em

ALTERAR EXCLUIR RESPONDER NOVA MENSAGEM

Acessar área de Proposta

3) Cadastro: Após acessar a opção “Cadastro”, clicar em “NOVO REGISTRO”, que está no extremo da direita. Se os dados já estão incluídos e o usuário quer fazer alteração, clicar no caderno com um lápis, que fica à direita da Ação cadastrada e fazer a alteração desejada.

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

Busca

1 / 3 85 Registros Todos os Registros NOVO REGISTRO

Exercício	Unidade Orçamentária	UGR	Ação Subtítulo	Ação
2009	Fundo Aeronáutico	CENIPA	2913.0001 - INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS - Nacional	[Edit] [X]
2009	Fundo Aeronáutico	INCAER	2630.0001 - PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CULTURAIS - Nacional	[Edit] [X]
2009	Fundo Aeronáutico	CISCEA	3133.0001 - DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SISCEAB - Nacional	[Edit] [X]
2009	Fundo Aeronáutico	INCAER	2521.0001 - PRESERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - Nacional	[Edit] [X]
2009	Comando da Aeronáutica	CTA	2884.0001 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - Nacional	[Edit] [X]
2009	Comando da Aeronáutica	EMAER SSC	3108.0001 - MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MILITARES - Nacional	[Edit] [X]
2009	Fundo Aeronáutico	COPAC/SDDP	8969.0001 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES - Nacional	[Edit] [X]
2009	Comando da Aeronáutica	COPAC/SDDP	8969.0001 - AQUISIÇÃO DE AERONAVES - Nacional	[Edit] [X]
2009	Comando da Aeronáutica	SDPP-PAÍS	0436.0001 - INDENIZAÇÃO A ANISTIADOS POLÍTICOS - MILITARES - Nacional	[Edit] [X]
2009	Fundo Aeronáutico	DIRMAB	3123.0001 - IMPLANTAÇÃO DE NOVOS SISTEMAS BÉLICOS - Nacional	[Edit] [X]

1º - Clicar em Cadastro

2º - Clicar em Novo Registro

3º - Clicar no caderno p/ conferir lançamento efetuado

4) Novo Registro: Ao clicar nesta opção, o usuário terá que preencher todos os campos (UGR; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA; PROGRAMA; AÇÃO; BLOCOS 1, 2 e 3 E; DETALHAMENTO DA PROPOSTA).

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

Proposta Orçamentária de Despesa
Cadastro
Relatório por Unidade
Relatório Sintético por Ação
Relatório Comparativo
Enviar Proposta
Voltar ao menu principal

UGR: Seleccione um item - Exercício:2009
Unidade Orçamentária: Seleccione um item
Programa: Seleccione um item
Ação: Seleccione um item

Definir UGR, UNID. ORÇAMENTÁRIA, PROGRAMA E AÇÃO

Detalhamento da Proposta

Bloco1 - Dados Gerais Bloco2 - Histórico e Valores Bloco3 - Histórico e Metas Físicas

BLOCO1 - Dados Gerais sobre o Projeto/Atividade

Prioridade: Alta Ordem: 01 Situação: Vide Observação

Descrição do Projeto/Atividade: Comentário sobre a EXECUÇÃO do Projeto/Atividade:

Observação de caráter geral sobre Projeto/Atividade:

Salvar

5) Detalhamento da Despesa: nesta opção o usuário irá preencher o PI, NATUREZA DE DESPESA e ANO DA PROPOSTA. Não esquecer que, em cada item, será necessário salvar o lançamento, para que seja aberto nova área de acesso.

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

Proposta Orçamentária de Despesa
Cadastro
Relatório por Unidade
Relatório Sintético por Ação
Relatório Comparativo
Enviar Proposta
Voltar ao menu principal

UGR: Seleccione um item - Exercício:2009
Unidade Orçamentária: Seleccione um item
Programa: Seleccione um item
Ação: Seleccione um item

Detalhamento da Proposta

Bloco1 - Dados Gerais Bloco2 - Histórico e Valores Bloco3 - Histórico e Metas Físicas

Relação de Projetos/Atividades

Registros: Todos os Registros

PI	Natureza Despesa	2009	2010	2011	2012	Ação
Seleccione um item	Seleccione um item	0,00	0,00	0,00	0,00	Salvar

Acessar e Definir o(s) PI, Nat. Despesa e Valores

6) Blocos 1, 2 e 3: nas três telas seguintes estão as áreas de inserção de informações necessárias à avaliação da Proposta e deverão ser preenchidas e salvas após o preenchimento de cada uma.

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

EMAER

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

UGR: Seleccione um item - Exercício: 2009

Unidade Orçamentária: Seleccione um item

Programa: Seleccione um item

Ação: Seleccione um item

Detalhamento da Proposta

Bloco1 - Dados Gerais Bloco2 - Histórico e Valores Bloco3 - Histórico e Metas Físicas

BLOCO1 - Dados Gerais sobre o Projeto/Atividade

Prioridade	Ordem	Situação
Alta	01	Vide Observação

Descrição do Projeto/Atividade:

Comentário sobre a EXECUÇÃO do Projeto/Atividade:

Observação de caráter geral sobre Projeto/Atividade:

Salvar

Bloco 1

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

EMAER

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

UGR: Seleccione um item - Exercício: 2009

Unidade Orçamentária: Seleccione um item

Programa: Seleccione um item

Ação: Seleccione um item

Detalhamento da Proposta

Bloco1 - Dados Gerais Bloco2 - Histórico e Valores Bloco3 - Histórico e Metas Físicas

BLOCO2 - Históricos e Valores de Programas/Ações

	2009	2010	2011	2012
TOTAL:	0,00	0,00	0,00	0,00

Comentários sobre problemas na Execução Orçamentária de 2007, bem como dificuldades previstas para 2008 que poderão redundar em Crédito Adicional:

Justificativa da Proposta Orçamentária para 2009:

Comentários sobre o efeito causado pela não alocação adequada dos recursos indicados no campo PROPOSTA 2009:

Bloco 2

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

EMAER

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

UGR: Seleccione um item - Exercício:2009

Unidade Orçamentária: Seleccione um item

Programa: Seleccione um item

Ação: Seleccione um item

Bloco 3

Detalhamento da Proposta

[Bloco1 - Dados Gerais](#) [Bloco2 - Histórico e Valores](#) [Bloco3 - Histórico e Metas Fiscais](#)

BLOCO3 - Histórico e Metas Fiscais

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Física Acumulativa
Qtde. 2009 (Proposta)		Não
Comentários sobre a execução orçamentaria de 2007		
Justificativa da Proposta Orçamentaria para 2009		
Observação de caráter geral sobre a Meta ou sua concepção (inclusive indicação para exclusão)		

Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário

EMAER

CARLOS MOREIRA XAVIER (Admin)

Proposta Orçamentária de Despesa

UGR: Seleccione um item - Exercício:2009

Unidade Orçamentária: Seleccione um item

Programa: Seleccione um item

Ação: Seleccione um item

Última etapa: Enviar Proposta

Detalhamento da Proposta

[Bloco1 - Dados Gerais](#) [Bloco2 - Histórico e Valores](#) [Bloco3 - Histórico e Metas Fiscais](#)

BLOCO3 - Histórico e Metas Fiscais

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Física Acumulativa
Qtde. 2009 (Proposta)		Não
Comentários sobre a execução orçamentaria de 2007		
Justificativa da Proposta Orçamentaria para 2009		
Observação de caráter geral sobre a Meta ou sua concepção (inclusive indicação para exclusão)		

7) Enviar a proposta: Após incluir todas as informações, ação por ação, e salvar, gerar relatórios (disponíveis na parte superior esquerda) e conferir o que foi feito, com as devidas correções, caso necessário, o responsável pela proposta deverá “Enviar Proposta”, opção disponível, também, na parte superior esquerda da tela acima.

A precisão, a tempestividade e a fidedignidade dos valores apresentados irão refletir numa Proposta robusta e real, contendo as necessidades administrativas, técnicas e operacionais da missão institucional.